

24 horas

Inscrições canceladas no 1.º ano universitário

As inscrições para o primeiro ano do curso de Engenharia de Minas, Metalurgia e Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro foram canceladas...

C. de Ministros e MFA estudam Plano Económico-Social

O Conselho de Ministros e o Ministério das Relações Exteriores estudam o plano económico-social...

Luandino Vieira volta a Angola

Luandino Vieira, escritor angolano, regressa ao seu país natal após um período de exílio...

César Oliveira abandonou o MES

César Oliveira, ministro da Saúde, anunciou a sua saída do Movimento Democrático da Saúde...

Expresso

DIRECTOR FRANCISCO PINTO BALESTRATE - SEDE: RUA DUQUE DE PALMELA, 37-37-D-77 - TELEFONES 510900-91000 - LISBOA

FNLA e Mobutu desenvolvem campanha para afastar Rosa Coutinho

Luanda, 27 de Dezembro. - A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o presidente da República da Zâmbia, Mobutu Sese Seko Konde Ngbendu Ngbendu, desenvolvem uma campanha conjunta...

Luanda, 27 de Dezembro. - A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) desenvolve uma campanha para afastar Rosa Coutinho...

balancos

74

- Político
- Sindicatos
- Religião
- Ensino
- Descolonização
- Militar
- Economia
- Internacional
- Cinema
- Música
- Livros
- Artes

EXPRESSO editado em Lisboa em colaboração da Administração Interna

Os mais de **74**

FORÇA AÉREA

Horário de Trabalho Nacional: Discussão pública das propostas dentro de dias

Brasília, 27 de Dezembro. - O Conselho Nacional de Trabalho (CNT) discutirá publicamente as propostas de alteração do horário de trabalho nacional...

Brasília, 27 de Dezembro. - O Conselho Nacional de Trabalho (CNT) discutirá publicamente as propostas de alteração do horário de trabalho nacional...

Brasília, 27 de Dezembro. - O Conselho Nacional de Trabalho (CNT) discutirá publicamente as propostas de alteração do horário de trabalho nacional...

Mais de quatro milhões de cidadãos recenseados

Brasília, 27 de Dezembro. - Mais de quatro milhões de cidadãos foram recenseados durante o censo demográfico de 1974...

Brasília, 27 de Dezembro. - Mais de quatro milhões de cidadãos foram recenseados durante o censo demográfico de 1974...

Brasília, 27 de Dezembro. - Mais de quatro milhões de cidadãos foram recenseados durante o censo demográfico de 1974...

Brasília, 27 de Dezembro. - Mais de quatro milhões de cidadãos foram recenseados durante o censo demográfico de 1974...



Acordo sobre Goa provocará alterações à Constituição Portuguesa

Lisboa, 27 de Dezembro. - O acordo sobre a integração de Goa no território português provocará alterações à Constituição Portuguesa...

Lisboa, 27 de Dezembro. - O acordo sobre a integração de Goa no território português provocará alterações à Constituição Portuguesa...

Audemars Piguet
Le plus prestigieux des horlogers

24 horas

Inscrições canceladas no 1.º ano universitário

CANCELAMENTO de inscrições para todos os candidatos no primeiro ano das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra; limitação dos anos de frequência nas escolas (traduzida numa restrição das possibilidades de reprovação); serviço técnico facultativo para os 26.000 estudantes que este ano não podem ingressar nas faculdades, com concessão de regalias para os que voluntariamente o cumprem (diminuição do tempo de serviço militar e preferência na futura entrada na Universidade); em-

as primeiras medidas anunciadas pelo Ministro da Cultura, Tenente-Coronel Rodrigues de Carvalho, de

ificando tais n-
cionalismos v,
ção de emer-
embora drástica e imp-
ave". E concretizando algumas das razões que determinaram as medidas tomadas, o Ministro referiu a necessidade de "evitar um 1.º ano falhado", pelas deficiências a nível de instalações e condições de pessoal docente, de "facilitar o funcionamento de aulas e o aproveitamento escolar dos restantes anos, evitando a perpetuação que iria causar a entrada, em condições precárias, de um número tão elevado de alunos, durante o 1.º trimestre de 1973", além da possibilidade de "libertar docentes e permitir uma melhor preparação do ano lectivo 75/76."

C. de Ministros e MFA estudam Plano Económico-Social

O CONSELHO de Ministros reuniu, ontem, para estudar o chamado Plano Económico de Emergência, o mesmo fazendo, hoje a Assembleia de Delegados do M. F. A. que reúne às 9 horas no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional.

No Conselho de Ministros foi decidido que o Estado, através do Ministério da Administração Interna, tome posse administrativa das instalações e equipamento do jornal "Época". Tal medida justifica-se à pelo facto da posição majoritária do Estado na Sociedade proprietária do jornal. Se o horário o permitir, a Assembleia de Delegados do M. F. A. discutirá também o problema da participação dos militantes na Constituinte.

Luandino Vieira volta a Angola

LUANDINO VIEIRA, o escritor angolano que foi preso em 1961, altura em que a Sociedade Portuguesa de Escritores (pouco depois extinta) lhe atribuiu o prémio Camilo Castelo Branco pelo livro "Luanda", vai regressar a Angola no princípio do ano, mais precisamente entre 6 e 13 de Janeiro.

Luandino Vieira (ver pág. III do caderno Artes, Letras e Ciências) saiu de Angola, sob prisão, em 1964 e, portanto, há 10 anos que não volta ao seu país. Tensões dedicou-se em Luanda às tarefas que lhe foram cometidas pelo Comité Central do MPLA, movimento ao qual aderiu há muito tempo. Com ele vários outros simpatizantes do MPLA, residentes em Portugal e noutros países europeus, regressaram já ou regressarão em breve a Angola, correspondendo a um período daquela organização política.

Entretanto, partiu à tarde para Alger Paulo Jorge, membro da Comissão de Relações Exteriores do MPLA, que, em Lisboa, manteve contactos com diversos partidos e individualidades políticas. De manhã, Paulo Jorge esteve na sede do PPD acompanhado por elementos do Comité de Accção 4 de Fevereiro (entre eles, o próprio Luandino Vieira, Arsenário Ferreira e Ildio Machado). Foram recebidos por elementos da Comissão Política e do Secretariado do Partido Popular Democrático: o ministro Magalhães Costa, Francisco Pinto Balsemão, Júlio Castro Caldas, Carlos Macedo e Manuel Alegria.

César Oliveira abandonou o MES

CÉSAR OLIVEIRA, conhecido historiador do movimento operário e um dos dirigentes do M. E. S. até ao Congresso Nacional realizado no último fim de semana (vide notícia em SEMANA NACIONAL, pág. 2), desligou-se daquele movimento. A decisão de César Oliveira estaria relacionada com a derrota das posições que defendia, verificada no Congresso, e, particularmente, ao facto de o MES deixar de consistir a ser, como até agora, uma estrutura aberta ao debate político.

Entretanto, sabe-se que outro antigo dirigente do MES, Jorge Sampaio, se encontra, neste momento, em Cuba.

Quanto a Manuel Serra, colocado em minoria no último Congresso do Partido Socialista — e correntemente apresentado como líder da ala esquerda daquele partido —, recusou-se a fazer parte do Secretariado, embora aceitando, segundo comunicado do P. S., permanecer na Comissão Nacional. A decisão de Manuel Serra tem-se-lhe baseado na falta de representatividade que o Secretariado teria, como expressão democrática das bases do partido. Por outro lado, o Secretariado do P. S. acaba de divulgar um comunicado em que reafirma a sua autoridade dirigente sobre o Partido e rejeita "especulações sobre possíveis crises", considerando-as "inúteis".

Semana Nacional

Mensagens do Presidente da República e dos Bispos de Lisboa e do Porto

NA SUA CURTA mensagem de Natal o Presidente da República general Costa Gomes, afirmou:

"Cretois ou descretois, os Homens de boa vontade não poderam o Filho de Deus, mas em cujo pensamento, a maioria reconhece uma doutrina de Amor, de abertura ao diálogo, de exaltação dos mais humildes e desfavorecidos.

Foram o Filho de Deus, mas em cujo pensamento ou alguns consideram o Filho de Deus, mas em cujo pensamento a maioria reconhece uma doutrina de Amor, de abertura ao diálogo, de exaltação dos mais humildes e desfavorecidos.

Festa de um nascimento é festa de todas as Famílias que abraçaram o nascimento de um filho, festa de todas as mulheres que por natureza e espírito sentem a vocação do amor maternal.

De uma generosidade simples, de uma coagem humilde, de uma abnegação sem alardes, as mulheres portuguesas foram o apoio, por vezes a gênese e o futuro dos momentos altos da nossa História.

Bem merecem uma palavra especial de veneração no dia que hoje comemoramos.

A todo o Povo a que pertence, e a todos os Povos do Mundo cu venho desejar Paz na Terra, Paz na Família, Paz na consciência para que o Mundo em que vivemos se encontre na rota essencial da dignidade humana.

Para toda a Humanidade, para todo o Povo Português, para todos os que sofrem na carne ou no espírito sei o meu firme desejo de que o Natal de 1974 seja melhor e mais digno de ser vivido.

Por sua vez, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António, proferiu uma longa mensagem, na qual, a certa altura, afirmou: "A grande maioria dos cristãos concorda fiel e serena perante os desastres de alguns. Mas há cristãos que, em letra escrita, se apegam a interpretar a hierarquia da Igreja segundo critérios marxistas, em termos de luta de classes e de dominação de opressores sobre oprimidos. E vai-se ao ponto de dizer que a hierarquia eclesial, na sua realidade actual, não é de instituição divina (...). Há, entre nós, quem continue a arrogar-se o direito de falar em nome da Igreja, mesmo através dos meios de comunicação social de grande alcance, sem para tanto ter recebido da mesma Igreja a indispensável missão e mandato". Na homilia que proferiu na missa de Natal, D. Assaíolo Ribeiro afirmou a dada altura: "O cristianismo não é ópio sem alienação. É dinamite que permanentemente envolve o mundo, até às profundezas do seu ser. Não há revolução mais radical do que a do Evangelho. (...) Refiro-me também à revolução que o Cristianismo exige, no campo económico, social, cultural e político. Nestes e noutros aspectos da vida humana em sociedade, é necessário que os cristãos estejam presentes e activos sob pena de reterem a sua condição".

Finalmente, da homilia de Natal do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, destacamos duas passagens: "Há aqui, neste Portugal pós 25 de Abril, há certos meios cristãos, em certa categoria de cristãos que não parecem conhecer outra tanta desde momento histórico senão convencer capitães de culpa e bater mea-culpa... no peito dos outros. Não tenho, evidentemente, encargo nem obrigação de defender ninguém, mas devo chamar a atenção para o que me parece ser o dever da Igreja presente. E esse dever não é tanto julgar se outros e outros tempos, estiveram à altura da situação, mas se hoje, nós, e neste nosso tempo, estamos a cumprir o nosso dever, se estamos à altura da nossa própria e presente situação (...). Diz-se e pensa-se, mais ou menos expressamente, que a Igreja, ou Igrejas, traíram no nosso tempo; atraçoaram-se a si mesmas e falharam para com os destinos da humanidade e da civilização. Fascismo italiano e nazismo alemão, maurrasianismo colaboracionista de Vichy e maurrasianismo integralista de Lisboa, são outras tantas pedras do grande escândalo do nosso tempo. E o envolvimento da Igreja Católica ou das várias confissões cristãs nestes ignóminias está decorso na raíz mais profunda da contestação das instituições eclesialísticas, principalmente no plano — da contestação externa e da crise interna...

Alunos participam na gestão de escolas

UM DECRETO-LEI do MEC enviado esta semana para o "Diário do Governo", prevê que os estabelecimentos oficiais do ensino preparatório e do ensino secundário sejam geridos, a título experimental, por Conselhos Directivos, Pedagógicos e Administrativos.

No ensino preparatório, cuja frequência não exceda 1000 alunos, haverá, nos Conselhos Directivos, 4 representantes do corpo docente, 2 do discente, 1 do pessoal administrativo e 1 do auxiliar. No ensino secundário, em estabelecimentos com frequência até 1000 alunos, haverá 4 representantes dos docentes, 4 dos discentes, 1 dos administrativos e 1 dos auxiliares.

Em qualquer dos casos, por cada 1000 alunos a mais, até 3000, haverá mais um representante dos professores e outro dos alunos. Os representantes dos alunos terão, pelo menos 14 anos de idade e não existirão nos estabelecimentos onde só funcionem o 1.º e 2.º anos do curso normal do ensino preparatório.

Os Conselhos Directivos terão as funções actualmente atribuídas aos Directores, Sub-Directores, Rectores e Vice-Rectores dos estabelecimentos do ensino preparatório e secundário. O decreto-lei estabelece uma lista de incapacidades, com vistas a impedir a eleição para os Conselhos Directivos de pessoas que tenham sido dirigentes da Mocidade Portuguesa, da União Nacional, da ANP, da DGS, da Censura, etc.

Os Conselhos Pedagógicos serão constituídos por representantes dos professores e alunos, em número que será fixado por despacho ministerial. Nos Conselhos Administrativos não haverá representação dos discentes, visto que serão constituídos pelo Presidente do Conselho Directivo, um vogal eleito pelo Conselho Directivo de entre os docentes e pelo chefe da secretaria.

Entretanto, professores ligados ao MDP difundiram um comunicado há 15 horas de ontem pelo Rádio Clube Português no qual manifestam a sua oposição a diversos pontos do decreto-lei elaborado, ao que parece, pelo secretário de Estado da Orientação Pedagógica, dr. Rui Grácio e difundido, ontem também, à tarde. Entendem, entre outras coisas, os professores do MDP que o sistema paritário deveria ser total em todos os conselhos e que a lista das incapacidades deveria ser alargada.

Spínola e a descolonização

NUN CADERNO intitulado "Cinco Meses Mudaram Portugal" a publicar no princípio do próximo ano por uma editora da capital, o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho responde a questões relacionadas com factos ocorridos tanto antes como depois do golpe militar do 25 de Abril bem como manifesta a sua opinião sobre algumas das figuras mais em destaque desde aquela data, nomeadamente o brigadeiro Vasco Gonçalves, e os generais António de Spínola, Galvão de Melo e Carlos Fátima.

O Comandante-adjunto do COPCON, entre outros assuntos, refere-se às primeiras conversações com o Fretilim em Lusaka em que participou juntamente com Mário Soares, revelando agora a reacção que estes encontros teriam provocado ao então Presidente da República, que chegara a afirmar:

"Não senhor, não pode ser assim, porque se for preciso, eu, ao meu nível, falo com Nixon e ele manda tropas americanas para lá".

Nessa altura Otelo Saraiva de Carvalho teria chamado a atenção do general Spínola para o risco de uma vietnamização do conflito em Moçambique, que segundo Saraiva de Carvalho, nem ao próprio Nixon interessaria.

"Mas se não for o Nixon, a África do Sul dá-nos tropas!" teria dito então o autor de "Portugal e o Futuro" procurando, segundo afirma agora Otelo Saraiva de Carvalho, aduzir o máximo de argumentos para evitar a solução política do problema colonial.

Esclarecimento dos trabalhadores do EXPRESSO

MEMORANDOS da Distribuidora "O Século" sentiram-se lesados pelo facto de uma notícia publicada em alguns jornais de Lisboa que os punha em causa quanto à distribuição do EXPRESSO.

Esclarecem os trabalhadores do EXPRESSO que o único comunicado por eles aprovado foi dirigido aos vendedores dos jornais e tinha por título: "Dos trabalhadores do EXPRESSO aos vendedores de jornais: não aos boicotes políticos dos portões dos jornais". Este comunicado foi pelos trabalhadores do EXPRESSO largamente distribuído e afixado na sede e nele se pode verificar que nem sequer se fala nos memorandos ao serviço do S.N.T.



O ano maior das últimas cinco décadas

Marcelo Rebelo de Sousa

I—25 de Abril: um novo regime

UM BALANÇO político interno muito sumário do ano de 1974 poderia resumir-se ao seguinte considerando: "Em 1974, no dia 25 de Abril um movimento revolucionário militar, com o apoio leproso ou tático da maioria dos portugueses, terminou com 48 anos de regime autoritário e anti-democrático, criando condições para a institucionalização de um regime democrático".

É possível (provável?) que seja algo de parecido com isto que venha a constar daqui por uns anos do Larousse ou da Enciclopédia Britânica, acerca do que de significativo ocorreu em 1974 no nosso país.

É contudo, que novo mundo de factos e de ideias, e de pessoas em prazo de 12 meses! Que conjunto de transformações e (ou) expectativas de transformação em espaço de tempo (aparentemente) tão curto!

Alguns comentadores estrangeiros, que puderam assistir ao imediato pós-25 de Abril, compararam a data maior do ano que está a acabar com a "Libertação" francesa e italiana do domínio das potências do "Eixo" no termo da 2.ª Guerra Mundial.

O mesmo clima, numa viragem "fascismo" — "democracia" com várias analogias, a adopção de soluções políticas similares, com destaque para um Governo de coligação das principais forças democráticas, incluindo naturalmente os comunistas — estas algumas das características afins aos dois processos de democratização. Como afins foram muitas

das táticas avulsas (e das estratégias?) dos vários agrupamentos políticos e sociais.

Factores houve, que, ao invés, diferenciaram dois momentos históricos, desde a especificidade da intervenção do M.F.A., intimamente ligada à guerra colonial, até ao elemento essencial que foi o de, entre nós, o 25 de Abril ter aparecido como resultado predominante de um jogo de forças internas e não como derivada essencial de um contexto supranacional.

Claro que ele se inseriu (como toda a evolução da sociedade portuguesa se insere) no dever universal de um sistema económico e do equilíbrio entre blocos geoestratégicos. Mas, grande parte da sua originalidade residia no facto de ter tido por causa uma reacção política do sector mais jovem das Forças Armadas (designadamente oficiais, que partiu de uma análise prospectiva de uma guerra sem saída, retrato de um regime em irreversível decadência. E, assim, o 25 de Abril começando por ser uma resposta militar a uma questão de extrema gravidade (situação africana), breve foi patente que nem uma abertura "controlada" à grega, nem uma resposta linear do "sistema capitalista" ou do "imperialismo" americano a um estrangulamento de uma das suas zonas de influência.

Analisar a situação por exemplo a 30 de Abril, como alguns o fizeram, em termos de um golpe de estado superior das contradições do regime, mas mantendo

necessariamente o sistema, era ver curto; como ver curto era dizer que a 25 de Abril, por uma revolução, se marcará o fim definitivo do sistema capitalista em Portugal.

Se o 25 de Abril fora o termo inequívoco de um regime, o 26, o 27 e 28 de Abril (e algum tempo ainda depois) constituiriam o ponto de partida de uma caminhada.

Uma caminhada neste país, com este povo, situado economicamente num sistema, geograficamente num continente, politicamente numa aliança, estrategicamente num hemisfério.

Mas, uma caminhada sem rumos totalmente delimitados logo ao seu início, antes a determinar, em larga medida, pelas forças políticas, económicas e sociais então operantes ou prestes a operar.



II—Quatro meses de queda

O que foi o primeiro terço do ano de 1974 mas do que o "tempo de aceleração" da derrocada do regime? Derrocado pela abstenção crítica e pelo desinteresse manifesto nas eleições de Outubro que foram as mais monótonas e repetitivas de toda a sua história, o regime ensaiara uma deslocação de peças governativas em fins de 73, com pouco sucesso, aliás.

O ano de 74 começava com problemas graves que corroíam a sua credibilidade política. O IV Plano de Fomento sofria na Câmara Corporativa (e fora dela) um ataque frontal dos próprios economistas do "status quo". O agravamento do custo de vida (assustador desde Novembro de 73), o racionamento de certos produtos elementares (v.g. gasolina), o desequilíbrio acentuado da B. de Pagamentos, o clima de crise económica generalizada (em que a própria Bolsa caía depon de uma euforia especulativa de um ano e meio) — estes alguns dos "sinais" dos primeiros meses do ano de 74. E quem se não lembra daquele "tour de force" falhado que foi a maratona televisiva de Cota Dias e de Mota Carmona, num espaço de quinze dias, a tentarem "explicar" aos portugueses a situação económica.

Politicamente, as estruturas também se deterioravam. Aumentou a repressão, agravou-se, paralelamente, a censura aos órgãos de informação e a Assembleia eleito vivia em letargia absoluta, apenas quebrada por esporádicos elogios de actos e pessoas do elenco governativo (com excepção única do discurso de Mota Amaral sobre o problema colonial).

O encontro anual da ANP em Tomar revelou o isolamento do Chefe do Governo e seguidores, que representava, no fundo, o isolamento de um regime sem mensagem nova a dar aos portugueses.

Mas, sobretudo o que subia era a "mané" do Movimento dos Capitães. A sacrativa (sem sequer) das suas reivindicações dos seus planos, das suas reuniões enclia a vida política portuguesa, com um acento que aumentaria até ao afrouxamento das chefias militares. Sá Viana Rebelo tinha já caído lá nos dos jovens oficiais. Mas a solução, encontrada (Silva Cunha) que, de de resto, não primava pela maleabilidade, não se revelaria minimamente capaz de satisfazer uma ofensiva que não visava só pessoas, mas estruturas.

Aberta a cisão na cúpula do regime com a publicação do livro de António de Spínola, de meados de Fevereiro (22 até 16 de Março (data da assinatura de Costa Gomes e do autor de "Portugal e o Futuro"), operou-se um "crescendo" a vários níveis, ficando visível que o regime entrava em crise a partir das suas próprias estruturas. Esta crise suscitou particular atenção dos meios políticos estrangeiros.

An mesmo tempo, e sobretudo a partir de fins de Fevereiro, crescia também a temperatura no plano dos conflitos sociais. Em múltiplos sectores afloravam tensões recalcadas durante anos que o Governo interpretou (irritantemente?) como pronunciadores de um 1.º de Maio de luta popular.

O termo do regime assistira apenas mais à deliberação dos homens do M.F.A., de passarem à acção a partir de 16 de Março e à última remodelação (acidental) com a formação do chamado Governo de 40 dias. Um Governo em que, à falta de nomes novos, os principais postos ministeriais alterados foram redistribuídos pelos mesmos governantes da véspera (ou até da ante-véspera...).

Em três meses e meio, envelhecia um regime que se autocondenara pela força de uma guerra política e militarmente insólita, de uma economia desgovernativa, de um condicionamento político repressivo sem alternativas governativas e de uma atitude externa de orgulhoso isolamento.

III—O período do equívoco

O período que foi de 25 de Abril a 28 de Setembro conteve em máxima potência as contradições das forças políticas portuguesas. Contradições que mais não eram do que consequência de um equívoco fundamental.

Com base no Programa do M.F.A., possível dos mais diversos entendimentos, alicerçaram-se interpretações antagónicas acerca do que fora o 25 de Abril.

Para uns parecia evidente ter-se tratado de uma revolução, a exigir transformações do sistema, que seriam tanto mais possibilidades de virar quanto mais depressa se actuasse, dentro e fora do poder político.

Não falava o Programa em luta anti-monopolista, numa política económica e social ao serviço das classes trabalhadoras.

Claro que a velocidade a imprimir às transformações, não era ponto pacífico, mas ninguém se admiraria com a ideia de que uma condição básica para a sua prossecução seria não aceitar, logo à partida, estruturas político-constitucionais de uma democracia burguesa.

Outros leram o Programa nos termos singelos de uma plataforma de intenções "democratizantes", eventualmente "recuperáveis" através dos governantes incumbidos do seu cumprimento. Para estes alguns dos quais vindos em ritmo acelerado das fileiras do regime caído e apoiados em poderosos grupos económicos o 25 de Abril fora um golpe militar dentro do regime, ou, quando muito, libertador de certos dos seus quadros institucionais.

Terceiros consideravam que a natureza híbrida do 25 de Abril apontava inequivocamente para uma mudança imediata do regime, e, a prazo, para um novo tipo de sociedade realizado por via evolutiva, mas dentro do jogo democrático-eleitoral.

Claro que as diferentes leituras do Programa se ligaram (em maior ou outro equívoco fundamental, e tinham as suas pedras de toque, como se haveria de comprovar).

Esse outro equívoco era o de saber quem tinham sido os intérpretes do 25 de Abril e quem era

poder em Portugal depois do 25 de Abril.

No emaranhado agitado, que sempre caracteriza os momentos post-revolucionários, uns tantos jogavam no M.F.A., lo que, então queria dizer também jogar na Comissão Coordenadora do Programa; outros jogaram em António de Spínola e nos chamados "spinolistas"; terceiros guardaram-se de uma opção definitiva num arredo que não primaria pela clareza.

Quem ouvia os discursos inflamados de Spínola e os cotejava com o que sucedia no país, depressa começou a notar que era evidente o afastamento entre a vontade (e o pensamento) do chefe de Estado e a evolução política em curso.

As "pedras de toque" de avaliação das várias leituras do Programa do M.F.A., eram duas: a descolonização e o processo de democratização.

Breve se tornou visível que para os defensores de uma leitura de direita do Programa do M.F.A., a descolonização encetada em muito ultrapassara os seus desejos ou sequer as suas expectativas.

Ponderando o saído da crise Palma Carlos, Spínola, pelo seu discurso de 27 de Julho, aparenta alinhar até ao fim no papel de um descolonizador convicto ("maigré lui", e com esquecimento do "Portugal e o Futuro").

É possível que tivesse pensado que, por essa via, iria concentrar as suas energias numa só "frente" (a de controlar o processo de democratização ao mesmo tempo, anulando ou dissolvendo, o M.F.A.) Isto, em vez de também fazer físcia pé em controlar a descolonização.

O 28 de Setembro revelaria que uma tal posição não era aceitável nem para o M.F.A. nem para as principais forças políticas, económicas e sociais portuguesas. O 30 de Setembro mostraria que Spínola por seu turno não podia já servir de figura corporizadora de uma orientação política que subalterinizava a sua função.

Continua pág. 18

IV — Clarificação

Continuação pág. 2

Os últimos três meses do ano de 74 foram um certo reajustamento político, por vezes imperceptíveis, mas essenciais. Doutra o número de partidos significativos.

Aumentaram de peso nacional e consolidaram-se, pelos seus primeiros congressos, os Partidos Popular Democrático e Socialista. E, esse facto veio permitir um equilíbrio de forças com o Partido Comunista Português a vários níveis designadamente o de Congresso.

De forma análoga ao sucedido nos outros países logo depois da 2.ª Guerra Mundial com organizações "unitárias", MDP/CDE transformou-se em Partido para poder concorrer às eleições (por exemplo, na República Democrática da Alemanha, em 14 de Junho de 1945 formou-se uma "Frete Unitária dos Partidos Antifascistas — Democráticos" que antecedia a formação do partido Socialista Unificado (por finais do P. Comunista e do P.S.D.) que desde 1946 detém os principais postos político-administrativos e no qual em 1954 os social-democratas já só possuíam 10% dos lugares do Comité Central).

No MDP/CDE, afastaram-se logo P.S., P.P.D. e o M.E.S.. Mas, os três acontecimentos maiores de Outubro e Dezembro de 1974, foram o vencimento da ideia do não adiamento das eleições de Abril próximo tendo sido aprovadas as respectivas bases legais a discussão do Programa

Económico-Social e a estratagem do 34 F.A.

Quanto ao primeiro, o receuamento encetado apresentou sinais de poder vir a ser um teste, máximo em zonas rurais em que se temia uma avaria ou desinteresse das populações.

Também apareceu já quase ao virar do ano o Programa Económico-Social, porque tanto esperavam os portugueses.

Obrá da equipa económica e financeira para o efeito coordenada por Melo Antunes, o Programa reflecte uma preocupação de realismo político, que poderá suscitar reacções declinatórias em alguns meios, mas também largo apoio em muitos outros.

Finalmente, o trimestre derradeiro de 74 foi assinalado pela institucionalização do M.F.A., Ro-

dicado de enigmático mistério, esse "poder" político-militar estruturou-se de forma que escapamos, sinteticamente, no último EXPRESSO. Tratou-se de um fenómeno que passou despercebido a muitos portugueses, mas que, pelos seus importantes consequências, consideramos o facto mais significativo dos últimos três meses. Iniciou-se, entretanto, a publicação do Boletim do Movimento, hoje como a sua actividade de Dinamização Cultural.

Mas, sobretudo, o que acabou foi a tenência para o alargamento do M.F.A. a todas as Forças Armadas, a representatividade acrescida das bases e o funcionamento periódico de um órgão de cúpula, hoje chave em toda a pirâmide do Movimento (do Conselho Superior do MFA, ou "Conselho dos 20")

V — Grupos e homens

Encarado de forma microscópica, o ano de 1974 (ao invés dos anteriores) revelou ao permitiu a conjugação nacional de novos agrupamentos e personalidades.

Com a queda do regime fascista (e dos seus apêndices estruturais), apareceram os Partidos, assultando naturalmente três que integram a coligação governativa. Eles serão, muito provavelmente, os polos atractivos da maioria esmagadora da massa eleitoral em Abril. Fora do Governo depon de ter tido uma instantânea passagem por ele, o MDP/CDE mantém algumas posições em autarquias locais, e concorrerá também ao próximo acto eleitoral. Além desses partidos, em 1974, falhou-se de muitos mais, mas na viragem para 75 — já só mereceu alguma atenção o MRPP, a Aliança Operária-Camponesa e a União Democrática Popular (de extrema-esquerda), o MES (depois do seu Congresso em águas muito próximas das do PCP e MDP/CDE), o FPM (centrista), e o CDS o mais conservador dos partidos democráticos.

Se pensarmos no plano sindical aí não haverá muito a dizer, senão que a Intersindical detém uma posição até ao momento (e durante um tempo, largos no futuro...) indiscutível. A Lei Sindical, depois de um fugaz aparecimento em Conselho de Ministros, foi objecto de um debate público pelas actuais estruturas sindicais, debate esse cujo epílogo não se afastou muito

das previsões que presidiam à sua abertura.

No domínio patronal, o sentimento de culpabilidade, e a fuga, temor ou oposição perante o 25 de Abril foram a regra. A excepção frustrada chamou-se MDES, a excepção a avariar pontos positivos chamou-se CIP.

Já na agricultura, os campos se complicaram. No Sul a ALA, apesar do ataque por alguns patrões, ganhou terreno e marcos pontos, enquanto no Centro a Liga dos Pequenos Agricultores a combatia duramente — e com certos êxitos — no Norte, a Mola não conhecia grandes sucessos.

Os meios de comunicação social foram dos sectores mais substancialmente alterados pela mudança de regime. E o mais curioso é que sem que houvesse nenhuma compra ou venda de posições acionistas de relevo, e em muitos casos com escassas alterações de pessoas ou ênfases empresariais, directivo e redaccional.

A abolição da censura previa permitiu uma efectiva liberdade de imprensa, e, embora, num ou noutro caso, sujeita ao olhar vigilante de uma transitória Comissão "Ad-Hoc", com a facilidade de, sem qualquer privacidade, responder e multar os órgãos de informação. Dentro destes atx redacções, através dos respectivos Conselhos ganharam um justo relevo.

Surgiram órgãos partidários, e os que o não são foram renovados a uma viragem para a esquerda acompanhando o clima político genérico. Durante os meses de Abril, Maio e Junho, e depois — embora muito — em Outubro, a tonalidade vigente chegou mesmo a ser bastante radical, avarando a posição privilegiada concedida a certos partidos políticos.

VI—De Spínola a Costa Gomes

Falando de personalidades, algumas há que foram motivo de "caixa alta" ao ano que vai terminar. António de Spínola foi uma delas. Após o ato de coragem que constituiu o seu "Portugal e o Futuro", ocupou durante seis meses a Presidência da República.

Tendo assumido, a um tempo, a vocação de um De Gaulle — 1944 e a missão de um De Gaulle — 1958, não conseguiu arcar com ambas. Patrocinou (com resistências) o início do processo de descolonização, mas falhou no campo complexo da política interna. Não sendo tido a maleabilidade de um De Gaulle — 44, não poderia nunca ter tido o poder de um De Gaulle — 1958.

Hoje, no seu "Colombey" marginal a Lisboa a General entra já na História. Quando quer possam vir a ser as defesas ou os ataques que o visem, duas coisas parecem claras: o que, venham a ser esses ataques, eles nunca apagarão o seu papel histórico, em Portugal, em 1974.

— que, por muito liongeiros (oportunistas?) que venham a ser as tentativas para o transformar num estandarte, essa fusão não o prestigiará, antes o diminuirá sempre perante os observadores do futuro.

Se António de Spínola passou já, de alguma maneira a História, outros a escreverem ainda, cada qual à sua maneira, no momento presente. Escrevem-na os jovens do M.F.A., escrevem-na destacadamente esta figura de entrega política e de chefe militar que se chama Costa Gomes.

Na penumbra durante alguns meses (ou venham alguns anos?), Costa Gomes tem-se revelado de uma seriedade, realismo e uma capacidade de chefia surpreendentes. E, ao mesmo tempo, dispensando caudilhismos incalculáveis, superando estes ou aqueles particularmente melindrosos. Por tudo isto é não só Costa Gomes foi nome grande

em 1974, e deverá continuar a sê-lo, em 1975.

Noutro plano, Álvaro Cunhal, Mário Soares e Francisco Sá Carneiro, na sua qualidade de secretários-Gerais dos três Partidos da Coligação ocuparam o centro das atenções de milhões de portugueses...

Com estilos diferentes (em que avulta a dureza recifina de Cunhal, a versatilidade diplomática de Soares, e a firmeza granítica de Sá Carneiro), eles foram notícia, isoladamente ou em conjunto.

1974 está a acabar. Com ele é todo um troço da nossa história que desaparece no horizonte dos tempos já passados. Entrámos num novo troço, e percorremos, indefinidamente, expectantes e semi-confusos o entre-aço, que antecede um novo cenário político-constitucional e sócio-económico.

A 25 de Abril fala de velhice e perdidos um regime de 48 anos; dois meses depois, ficava claro que o 25 de Abril não fora um "agoramento" daquele regime que o mesmo é dizer que não parecia colher uma leitura de direita do Programa do M.F.A.

A 27 de Julho, abre-se, finalmente, o caminho irreversível do processo de descolonização que, em apenas 6 meses se saiu da independência de Guiné-Bissau, e em acordos para a independência de Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe para o ano próximo.

A 28 de Setembro, nova rectificação interpretativa. Frustrado um golpe palaciano de imposição pessoal, Spínola abandona Belém, e fica claro que o futuro se decidirá entre a leitura de "esquerda" do Programa do M.F.A., e (ou) uma leitura de "centro" sem Spínola.

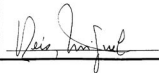
Em meados de Dezembro, o Programa Económico-Social do Governo Provisório parece apontar para uma directriz de centro-esquerda, ao mesmo tempo que entram na ordem do dia das



preocupações dos portugueses as eleições de Abril.

É claro que, neste final de Dezembro, se encontram pendentes inúmeras questões por responder, das quais citamos algumas:

- a situação de parcial estrangulamento em certos sectores do ensino;
 - a aprovação de uma Lei de Imprensa, que institucionalize finalmente uma liberdade fundamental, sem repressões administrativas;
 - a deterioração em certos sectores económicos;
 - a apresentação pública do importante relatório sobre o 28 de Setembro;
 - a manutenção de um sereno ambiente pré-eleitoral, sem coacções físicas ou psíquicas;
 - a aceitação por parte de todos os grandes partidos democráticos do jogo eleitoral, sem sofisticas ou estratégias duplas, para o efeito acordando eventualmente, numa plataforma mínima de entendimento;
 - a descolonização de Angola, de forma honestamente responsável e que evite convulsões graves.
- Destas questões falaremos no próximo número de 75.
- Para já apesar de preocupantes elas não consistem o que, de muito positivo se passou em Portugal, em 1974: termo de um regime autoritário e anti-democrático; condições para o construção de uma democracia política, económica e social; e rápida descolonização.



Dos sindicatos corporativos às “duas linhas” sindicais

Miguel Reis

Os novos caminhos do sindicalismo português

ATÉ 25 de Abril, os sindicatos “nacionais” faziam parte integrante do aparelho de Estado constituindo uma das peças essenciais do edifício corporativo que impunha autoritariamente a famosa “conciliação de interesses” entre o capital e o trabalho. Proibida a greve, reprimidas duramente as lutas reivindicativas dos trabalhadores, os sindicatos limitavam-se a intervir, para além das suas atribuições burocráticas correntes, na negociação das ex trações colectivas em que, no entanto, o Estado tinha sempre a última palavra a dizer — e sabe-se a favor de que interesses...

Dal que, na maior parte dos casos, os meios de esquerda considerassem como totalmente inoperante e, de resto, perigosa — pelas ilusões que poderia alimentar — qualquer tipo de pretensão

“infiltracionista” no seio dos sindicatos “nacionais”. Para esses meios, a tese leninista da necessidade de intervenção dos militantes revolucionários nos sindicatos reaccionários — segundo o principio de que é necessário estar onde estão as massas — não se applicava neste caso, na medida em que os sindicatos “nacionais” não eram apenas reaccionários, mas constituíam uma peça do aparelho de Estado fascista, completamente controlada por este. Por outro lado, as massas não estavam lá, não só por desconfiança ou por atitude de rejeição consciente, mas porque os sindicatos “nacionais”, reduzidos a simples organismos burocráticos, inertes, não ofereciam quaisquer motivações que despertassem os trabalhadores para uma participação na actividade sindical. De resto, segundo a lógica do imobilismo corporativista, consagrado durante

a longa vigência do consulado de Salazar — à excepção dos tempos de exaltação triunfalista do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano —, até convinha não suscitar interesses participativos dos trabalhadores nos sindicatos, já que o essencial era garantir a sua completa docilidade, quer através de uma despoitização sistemática, quer através do estrangulamento repressivo de toda a actividade susceptível de perturbar a “paz social” existente.

Assim, as eventuais tentativas de penetração nos sindicatos fascistas — advogadas, por exemplo, pelo P.C.P., na clandestinidade, que assim pretendia reconhecer a validade da tese leninista para organizações integradas no aparelho de Estado corporativo — não só nunca resultaram, como condiziam mesmo a uma repressão intensa contra os que nelas se tinham empenhado.

“Liberalização” Marcelista e “abertura” sindical

Mas se o imobilismo sindical correspondia ao próprio imobilismo social num país que se mantinha predominantemente agrário, com o início do surto de industrialização a cujos imperativos políticos o aparelho de Estado se via penosamente a adaptar, beneficiando concretamente do desaparecimento de Salazar e do início da “era marcelista”, tornou-se necessário “anexar” as velhas estruturas corporativas, insuflando-lhes um certo dinamismo que melhor pudesse corresponder às exigências da nova fase de desenvolvimento capitalista em Portugal. Isto, bem entendido, sem pôr de parte as “vantagens” de um aparelho sindical pulverizado e controlado sem o esquema repressivo utilizado anteriormente, como a proibição do direito à greve, considerada sempre como “crime”. Por outro lado, mantinha-se a inevitável “arbitragem” estatal para os conflitos entre sindicatos e grêmios.

É na sequência da “liberalização” marcelista dos primeiros tempos (posta em causa mais tarde pelas próprias contradições do regime, particularmente agudizadas pelo problema colonial que tem lugar a

“abertura” sindical, traduzida na vitória das famosas listas B em alguns sindicatos, particularmente no sector dos bancários e dos empregados de escritório. O que também não foi devido ao acaso.

Com efeito, essa “abertura” inicial mostrou-se de longe mais tolerante em relação aos sindicatos de assalariados de serviços do que aos sindicatos operários. A vigilância sobre as movimentações reivindicativas nos sectores directamente ligados à produção era muito mais estreita (para evitar pôr em jogo a política da “mão de obra barata”, virada também para a captação do capital estrangeiro) do que sobre o sector dos serviços, nomeadamente do bancário que dispunha capacidade de resposta a certas reivindicações salariais. Por outro lado, a própria orientação e implantação das organizações reformistas — principalmente o P.C.P. — radicava-se essencialmente na pequena burguesia e na aristocracia operária, cujos interesses de classe e ideologia postavam necessariamente este tipo de intervenção sindical.

Mas a “primavera marcelista” durou apenas alguns meses. A amplitude que o movimento sindical, particularmente no sector dos bancários, havia adquirido,

iria ser duramente reprimida — levando, por exemplo, à prisão de um dos seus mais conhecidos dirigentes, Daniel Cabrita. Começa então a fase das comissões administrativas, intensamente contestadas pelos trabalhadores, apesar da dureza da repressão. Face a esta realidade, em que a agitação nos locais de trabalho ameaçava degradar o clima de “paz social”, o regime contende, nalguns casos, a possibilidade de um regresso à “normalidade” mais estritamente controlada.

Entretanto, a partir de 1973, começa a afirmar-se, apesar da ambiguidade de certos casos — entre os quais o mais conhecido será o de Jorge Aguiar —, um movimento de crítica ao reformismo sindical, que mais do que de uma tradução no terreno dos sindicatos, da polémica que dividia a esquerda tradicional e a extrema-esquerda. A palavra de ordem “sindicalismo de base” (ou de classes) contra o “sindicalismo de cúpula” (ou reformista) torna-se cada vez mais frequente. O confronto de posições manifesta-se vivamente quer ao nível de alguns sindicatos, quer ao nível da própria imprensa (sobretudo no “Comércio do Funchal” e no “Notícias da Anadorna”).

25 de Abril: explosão da Intersindical

Com o 25 de Abril, a irrupção em força na cena política do Partido Comunista Português — trazendo à superfície a mais forte organização política clandestina que sobrevivera ao fascismo — corresponde a "explosão" fulgurante da Intersindical criada na clandestinidade em 1970. Enquanto o P.C.P. joga todos os trunfos do seu aparelho organizativo ao serviço do aparelho de Estado, a rede intersindicalista desenvolve idêntica ofensiva na direcção dos sindicatos fascistas. Derribado o suporte que os conseguia manter, os elenques directivos corporativos aprendem-se totalmente vulneráveis e seu desmor. não oferece dificuldades. Apesar das indefinições dos primeiros dias após a queda do regime e das tensões que alguns novos sectores do Poder — politizadas à volta do General Spínola — procuraram oferecer à sua legalização, a Intersindical implantar-se-ia rapidamente, preenchendo o vazio deixado pela estrutura corporativa. Para além de todas as opínies e de todas as críticas, a Intersindical era a única organização montada em condições de poder abançar-se ao facto. Trata-se de constatar um ano. E o facto — a partir do qual se são de retirar as necessárias conclusões — é que a later compreende hoje cerca de 200 sindicatos, enquanto as tendências que se desenvolvem à sua esquerda são ainda claramente minoritárias.

Só que este minoritarismo coexistia em si uma força potencial que tende a desenvolver-se à medida que cresce o desencanto dos trabalhadores em relação ao reformismo sindical, como expressão do reformismo das organizações partidárias que o informam e orientam. Mas, até agora, essa tendência tem-se manifestado de forma muito mais íntima e significativa no plano extra-sindical do que no interior dos sindicatos. As movimentações de trabalhadores, depois do 25 de Abril, que contrariaram as habituais teses e directivas sindicais ou partidárias (greve da Times, greve dos CTT, greve da Imprensa diária, greve do Jornal do Comércio, manifestação de 6000 trabalhadores da Linwee nas ruas de Lisboa pelo saneamento dos administradores fascistas, greve da TAP, além das lutas diárias

ocorridas em diversos sectores, nomeadamente em algumas multinacionais) resultaram em geral da iniciativa autónoma dos trabalhadores não enquadrados por qualquer organização, apesar das tentativas que algumas delas fizeram para chamar a si esse enquadramento. Tentativas que, aliás, têm sido rejeitadas pelos trabalhadores.

Esta é, de resto, uma das características mais importantes e significativas que marcam o actual momento da luta de classes em Portugal. No plano da luta nos sectores de trabalho — e não da luta ideológica entre organizações reformistas e da extrema-esquerda — a constatação prática das lutas do P.C. e da Intersindical apontando a "inopertunidade" das greves na actual conjuntura política através dos conselhos e habituais argumentos de que fazem o "jogo da reacção", que há que atender à "relação de forças", etc., tem vindo a ser empreendida a partir da movimentação autónoma dos próprios trabalhadores.

E é medida que a crise económica se acentua, com os seus reflexos no plano do desemprego e da degradação das condições de vida das classes trabalhadoras, é evidente que essa tendência não deverá deixar de reforçar-se. Uma tendência que, de certo modo, faz reviver a corrente anarcosindicalista (embora não enquadrada por nenhum movimento na linha da velha CGT portuguesa, agora metalinguisticamente recordada no jornal "A Batalha"), e fô-la reviver ao medida em que, face à luta dos trabalhadores, não surgiu ainda, devido a condições objectivas e subjectivas características da actual fase de evolução da sociedade portuguesa, a resposta em termos de alternativa revolucionária.

Por outro lado, a constatação da linha da Intersindical e a opção de esquerda a favor de um sindicalismo de base ou de classe apresentam alguns aspectos particularmente significativos. Assim, verifica-se que essa posição é reivindicada por um amplo número de organizações de diferentes quadramentos políticos — incluindo correntes de um partido reformista, como o P.S., e prolongando-se até à extrema-esquerda. O debate surgiu



reconhecendo a propósito da lei sindical votada, de novo, acenar este ponto. Ora, é curioso notar que nos sindicatos não afectos à linha da Intersindical ou em círculos sindicais, segundo, um e outros, uma orientação de esquerda, coexistentes, por vezes, militantes ou simpáticos, por vezes, quer dizer que em termos sindicais se encontraram, nesses casos, uma plataforma de luta unitária, pelo menos a nível de militantes e simpatizantes, contrapondo à extraordinária fragmentação de movimentos e organizações à esquerda do P.C.P. Sobre isto, algumas explicações são possíveis: a primeira é a de que a constatação do montanhismo de cada organização — para poder avançar isoladamente na frente sindical, dispensando as alianças, táticas ou tácticas — a leva a encontrar os pontos positivos de todos, mas não a que se abram de divergência. Mas a de saber quais são efectivamente as organizações que, não fora a sua condição minoritária, se encontrariam aptas a assumir em todas as circunstâncias a directividade de base na actividade sindical. Isto implica, por conseguinte, saber quais são as organizações que, um dia, em situação minoritária, não votam a reprodução, embora com pretextos e argumentos aparentemente diferentes, o esquema centralizado-direito actualmente praticado pela Intersindical. Com efeito, a demonstratividade de base, defendida por todas as organizações de extrema-esquerda, entra claramente em contradição com o modelo centralizado com o qual a maior parte delas se identifica.

Entretanto, a segunda explicação para esta plataforma unitária da esquerda não-reformista no campo sindical tem muito que ver com o confronto exemplar entre duas realidades: a realidade concreta da experiência de luta dos trabalhadores, e a realidade "ideológica" que constitui o principal universo de algumas das chamadas "vanguardas revolucionárias", apresentando-se como um corpo de guias iluminadas aptas para fazer a síntese entre teoria e prática revolucionária, o que, por si só, os trabalhadores nunca seriam capazes de fazer...

É assim que se põe um problema político fundamental para além do nosso campo sindical — campo necessariamente condicionado, em sociedade capitalista, a uma prática que, reduzida a si mesma, desligada de uma alternativa política e organizativa global, não pode deixar de ser de natureza reformista, por mais avançados que sejam os objectivos da luta entendida, ultrapassando as meras reivindicações económicas (salariais), e incidindo já em reivindicações políticas. Com efeito, os sindicatos, as centrais sindicais não constituem uma estrutura destinada à tomada do poder.

Unidade e pluralismo sindical

As teses favoráveis ao pluralismo sindical defendidas obviamente por organizações de direita ou social-democratas, não têm encontrado eco nas massas trabalhadoras, salvo certos sectores rigidamente privilegiados onde a disputa entre estas duas tendências "pluralista" e "unitária" se tem feito sentir — e é esse, por exemplo, o caso dos médicos. Por outro lado, as recentes revelações sobre eventuais ligações da C.I.S.L. (Confederação Intersindical dos Sindicatos Livres) e C.I.A., precipitaram ainda um clima de maior desconfiança e hostilidade por parte dos trabalhadores em relação às organizações representativas do sindicalismo "pluralista". Dai o mau ambiente que envolveu o seminário promovido pela C.I.S.L. em Lisboa, durante este mês, com proteções da Intersindical e outros sindicatos a ela afectos. Só que, esta preocupação manifestada pela Intersindical em relação ao "pluralismo" — indo ao ponto de pretender impôr por decreto a "unicidade" na futura lei — oculta uma questão mais funda. É que, para além da oposição simplista "pluralismo-unicidade" — que

trabalha, além do mais, um falso dilema para os trabalhadores — o que a Intersindical insiste em apresentar é a sua versão de "unicidade" como a única possível. Ora, um dos pontos interessantes — embora insuficientemente difundidos — no confronto de "linhas" sindicais é o de se oporem dois conceitos fundamentais de unidade. Uma "unicidade" em termos administrativos, decretada, para reforçar o poder de controlo de um organismo central sobre as organizações que integra. Ou uma unidade que, partindo das próprias experiências de luta e de uma prática de classe consequente por parte dos trabalhadores, se tem de iradando, necessariamente, numa organização unitária.

Ao colocar tanto ênfase na questão do "pluralismo", o que pretende a Intersindical — acusam alguns meios sindicais de esquerda — é não perder o controlo que o seu aparelho pretende exercer sobre a actividade dos sindicatos. E para a Intersindical tudo quanto não se coaduna com o seu conceito de "unicidade" pertence inevitavelmente ao âmbito do "pluralismo", à "reacção"...

Um episódio revelador

É quase a fechar o ano, um episódio extremamente revelador veio ilustrar, com exemplaridade, este conjunto de questões. Trata-se das tentativas empreendidas pelos meios sindicais reformistas para

intersindical. O que quer dizer que, neste caso, os adeptos daquela orientação, para evitarem a consumação de um processo que sabiam não poder controlar, optaram, no sentido da direcção e

Silva, Helena Vaz da

Uma Igreja dividida entre as exortações e a acção

Helena Vaz da Silva

ERA FACTO sabido a co-existência de duas "linhas" dentro da Igreja Católica em Portugal, a exemplo, aliás, do que por toda a parte se verifica: a chamada "progressista" e a conservadora ou tradicional. Enquanto a primeira

trouxe de uma maneira geral os sectores urbanos estudantis e operários e as camadas mais jovens

dos leigos e do clero, o bispo do Porto é, ao nível da hierarquia, uma honrosa excepção, a segunda

encontra-se representada por vastas camadas da população rural (dominada hoje ainda, como se sa-

be, pelo clero local), pelas gerações mais idosas de leigos e pela maior parte do episcopado.

Afrontamento directo e saudavelmente violento

U que sem o 25 de Abril trazer de novo a este quadro? Ele permite que, subitamente, os grupos que, até então, existiam paralelamente, se afrontem, de modo directo e saudavelmente violento.

Avam aconteceu no Encontro realizado na primeira semana de Maio no Colégio Sagrado Coração de Maria que contou com a presença de 1000 participantes cujas numerosas intervenções, por vezes apaixonadas, não permitiram que se passasse além da votação de duas das 15 propostas previstas para discussão. Coordenaram a sessão dois dirigentes católicos, dois padres, um pastor protestante. Recordaremos algumas pases das propostas votadas à votação. Uma afirmava que:

"... A libertação dos oprimidos é a grande escolha dos cristãos. A inscrição propriamente política dos cristãos, não deve ser do tipo confessional; ela faz-se nos diferentes partidos criados ou a criar". Dai a sua proposta de que os cristãos reunidos em assembleia livre... "escolhassem a designação de partido cristão ou católico de cristãos ou católicos progressistas ou antifascistas para representar uma tendência, um sector, um grupo ou um partido políticos". A proposta foi fracassadamente aprovada, com o aditamento de que, "seja denunciada a ambiguidade e o oportunismo demagógico da referência cristã no recém-formado

Partido Cristão Social-Democrata ou noutros que venham a surgir".

A outra era do seguinte teor: (...) "Considerando o apelo constante que, até ao fim, a Igreja Católica, no seu conjunto, deu ao regime fascista denunciado pelas Forças Armadas; considerando os inumeráveis crimes cometidos por esse regime de que a nossa Igreja foi cúmplice, que por neles se colabouando directamente, que por se ter recusado sistematicamente a denunciá-los; a Igreja Católica, representada pelos seus elementos dirigentes e responsáveis, só pode ter lugar na nova sociedade que o povo português está a construir, quando fizer uma penitência pública em termos inequívocos desses pecados. Efectivamente, o carácter público e sistemático destes, torna inevitável qualquer forma de adendo ao novo regime, sem que essa penitência seja feita perante toda a comunidade cristã e perante o povo português".

Quase ao mesmo tempo, no Porto, realizaram-se também Assembleias de cristãos (a 9, 16 e 23) sempre com assistência de mais de 500 pessoas, onde as propostas discutidas não foram de menor interesse. Denunciando o "comble evidente da... hierarquia com o regime opressor das fundamentais aspirações do povo..." exigem a substituição do Núncio, o afastamento do bispo castrense, a denúncia de todos os padres cola-

borantes com a PIDE. Recordando que a nomeação dos bispos obedecia a critérios de ligação ao regime e não aos de competência pastoral propõem que se demitiam a fim de serem eleitos os considerados mais capazes de servir o povo de Deus. Propõem ainda que os cristãos se reúnam nas suas paróquias para fazerem frente à barreira reaccionária de certos párocos, exigindo o seu afastamento.

Também da província, tradicional "feudo da reacção" (o grande cartaz ostentado à entrada do Sabugal: "Se és antifascista não entres cá") é apenas um exemplo do clima de terrorismo reaccionário em que as populações da província eram — e são — mantidas por castigos locais, no número das quais, se contavam grande parte dos padres), também na província, dizíamos, começam a levantar-se vozes. São os 7 Padres da Guarda (logo tornados 651 que afirmam corajosamente: "Não representamos ninguém. Apenas nós próprios... Apenas somos membros de uma Igreja que carrega consigo, o triste e trágico fardo de perto de 50 anos de silêncio cúmplice..."), propondo-se contribuir "para uma autêntica conciliação política do povo sem cair em novos clericalismos", fazer o estudo da "teoria e da prática da liberdade, até agora impedida pela enorme fascista e estalinista."

Pequenos casos locais

É depois o assombroso rebanhar sucessivo de pequenos casos locais em Braga, a "Roma portuguesa", onde, se o caso do pároco de A. Ver-o-Mar foi o mais falado, não foi certamente o mais significativo. Nessa diocese considerada o mais seguro baluarte do catolicismo obediente surgem (em Vieira do Minho, em Nespereira, em Fátimas de Coara etc.) contrições da autoridade, com apoio do povo, de súbito tornado consciente daquilo que fora obrigado a não ser. A tal ponto que a própria realização do Congresso Eucarístico — tradicional ocasião de "folclore religioso" — chegou a ser posta seriamente em causa.

Também de Évora, em Junho, surgem denúncias de um grupo de críticos, que, afirmando não terem "a mínima intenção inquisitória" se vêm no entanto no dever de fazer perguntas, pedir explicações, exigir enfim participação na tomada de decisões do que, interessando a todos, era apenas decidido por alguns. É chegada a hora das perguntas. E das respostas. Citamos do comunicado: "... A que



conclusões chegou o Conselho Pastoral que existe nesta diocese? Porque deixou de funcionar... Que se tem passado com a Imprensa diocesana? A quem pertence de facto o jornal "A Defesa"? Ao serviço de quê e de quem está ele?... Que se passou com a saída dos padres holandeses da Coesje em 1970? Que critérios presidiram à substituição da equipa responsável do antigo Seminário Maior?... Que bens tem a diocese? Qual tem sido a sua utilização?

Alfabetizar: "precaver o povo"

Tais atitudes são tanto mais de notar quanto saem, como se disse, do seio de uma província há dezenas de anos em letargia, habituada ao pároco cuja única preocupação era extrair milhares para a construção de igrejas caras e ser as suas obrigações em dia. Durante a campanha de alfabetização do verão passado, a grande barreira oposta pelos padres aos alfabetizadores tornava aspectos grotescos conseguindo convencer o povo que alfabetizar-se era igual a deixar-se ir com o diabo, ou seja com o comunismo, que era à mesma coisa. O próprio bispo de Braga decretava aos seus padres, aconselhando-os a precaverem-se e a precaver o povo.

Tal clima, espelha-o perfeitamente a imprensa regional onde, logo a partir de Maio, se assiste a curiosíssimos editoriais: "A juventude irreeducida... mereço do verão dos anos está a ser cristologicamente arrastada para a brecha onde será carne de canhão... depois será tarde... a sua mobilidade radiante em flur será arremessada para o abandono e

esquecimento depois de tirado dos que ficaram na retaguarda esquecidos no saldamo... dos que não quiseram ver nem acreditar nos que os avisavam...". Tal transcrição é o lado folclórico de uma realidade fortíssima e enraizada de que poderíamos multiplicar os exemplos. "Críticos alertas", "Devemos acordar" são títulos entre muitos que abundavam — e abundam — na imprensa regional.

Oposições internas

Também no interior do clero começam a transparecer as oposições. Desde as reuniões preparatórias do Sínodo de Roma — iniciadas em Janeiro, em Lisboa — até à reunião convocada pelo Patriarca no fim de Maio na Igreja do Sagrado Coração de Jesus e à do clero do Porto, presidida pelo bispo D. Amândio e culminando com a assembleia do clero da Guarda, em Julho, — de franca ruptura, de que o Bispo se retirou — os afrontamentos sucediam-se. Da reunião de Lisboa pouco ficou, para além da pequena vitória simbólica de se ter conseguido "elegger" a mesa, destruindo quem nela tronava, e levando o Patriarca, despidado, a evitar marcar nova reunião, de tal modo parecia difícil aliar e cederar todas as questões em aberto.

Rebanho difícil de "pastorear"

De facto, o rebanho português começou a tornar-se difícil de "pastorear". Já não são só os leigos que ouçam, ou mesmo os padres "da base", mas até memhores se põem a tomar posições a favor do diverso (caso do Com. Urbano Duarte, em Coimbra). Também o defende o CERP (Cristãos em Reflexão Permanente), grupo que integra muitos ex-militantes e diversos padres, e que surge em cena no começo de Junho com um primeiro texto de análise de grande interesse de que transcrevemos alguns passos:

— o ensino obrigatório da religião católica;

— a intervenção do poder civil na nomeação dos bispos, mas atenuada na metrópole e muito mais interventiva nas séculas;

— a independência económica dos missionários, incluído os bispos nos territórios coloniais, e a rígida tutela do Estado sobre o ensino;

— a implícita acção pela Santa Sé do Estatuto de Indígenato e do Acto Colonial;

— a efectiva impossibilidade prática de implantação de outras confissões religiosas;

— a existência da possibilidade das movimentações de apostolado, designadamente a A. C. se poderem manifestar sobre actos de poder público;

— o scandalo da construção de igrejas com a participação do Estado através das verbas do Fundo de Desemprego e até através de descontos obrigatórios no mísero salário dos sacerdotes...

— Mas necessariamente subentende a partir de João XXIII, cabe a censura implacável sobre alguns documentos do Magistério e a impossibilidade de os divulgar e começar na imprensa diária e até nas revistas especializadas.

Mantém-se a proibição de circulação de obras de autores católicos ditos progressistas e de revistas também como tal classificadas.

"A atitude de identificação e até de confusão da Igreja Institucional com o regime legalizado em 1933 manteve-se, pois, até ao final.

Não se trata do caso em que se espera de alguém de uma acção política — que já de si poderia criar problemas para a nova fase da vida da Igreja, colocada agora num condicionalismo oposto às ideias que aparentemente eram as suas.

Trata-se, sim, do sistema cúmplice com situações de injustiça, não só de facto mas também de direito. Houve da parte do regime o cuidado de legislar, fabricando diplomas, os meios de manter o exclusivo do poder.

Trata-se de pretender ignorar a guerra, as suas consequências e os seus terríveis incidentes, em dissimulação com a oposição e angustiado pelo de mais alta hierarquia da Igreja.

Trata-se de calar a denúncia sobre massacres de inocentes, por razões de Estado.

Trata-se de negar a solidariedade a que tinham direito os soldados que vinham a proceder a essa denúncia e, por causa dela, eram objecto de perseguição e de castigo.

Trata-se ainda de negar quase até ao fim a solidariedade dos próprios membros do Colégio episcopal, quando, em oposição ao regime, eram objecto de medidas de repressão e de discriminação.

Trata-se até de deixar passar

sem protesto injúrias feitas pública e oficialmente ao Virgílio de Crato e à Igreja Universal.

Trata-se de ignorar os ensinamentos do Concílio, os novos avanços teológicos, as novas exigências da justiça social, proclamadas pelo próprio Magistério da Igreja.

Trata-se do péssimo gosto — que é também conscienciosidade — de conviver no plano das relações sociais com os ricos e os poderosos, sabendo-se de antemão a publicidade bem garantida, para uma tendência exploradora...

Luta por uma imagem renovada

Assim, enquanto, por um lado, grupos de cristãos lutam por uma imagem renovada do cristianismo, a Hierarquia, com excepção do Bispo do Porto que, logo em Maio, revela na sua Carta uma atitude de que é exemplo a seguinte passagem:

"Vamos a caminho de um Estado de Direito como cidadãos... Que de futuro a moral pública reflita, edifique e promova a moral privada... Que deixemos finalmente de professar, a pretexto talvez de combate ao materialismo dialéctico, o crasso e tórpido materialismo dos dilectos e do present, da vida sem risco e sem ideal..." continua saindo com Notas Pastorais (dando "uma no cravo, outra na ditadura") como a de Maio sobre a situação política, com afirmações tão ambíguas que levaram uma a interpretar-na como sendo uma exortação a que se votasse democrata-cristão, outros ao Bispo do Porto, seu co-signatário a defender-se de tal

interpretação. Exemplo desse tipo de indefinição cautelosa é igualmente a recente nota saída da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal que teve lugar em Fátima. Ao mesmo tempo que afirmava reconhecer a importância das opções políticas, negava ao clero em exercício pastoral a possibilidade de concretizá-las, declarando o "munus sacerdotal" incompatível com a política". Continuava deplorando a porografia e exortando os cristãos "a um esforço sério de reconexão no seio da comunidade nacional", lembrando que se está em "anos santos". Ao referir-se "as ansiedades e desconfortamentos" que provocam as dificuldades económicas, recomenda-se que se intensifique a catequese dos valores cristãos que se aplicam à conjuntura: o amor ao trabalho, austeridade de vida, o sentido de pobreza, a estreitada fraternidade. Em o que recomenda o conjunto dos bispos portugueses nesse fim de ano de 1974.

Outros aspectos a assinalar

Para além da movimentação de alguns grupos de cristãos e dos textos pastorais da hierarquia, que mais assinalar neste ano de 1974?

A presença de um grupo português (entre os 15 escolhidos) ao Sínodo de Roma que se realizou em Setembro/Octubre, de que pouco, aliás, chegou ao conhecimento dos cristãos portugueses. O projecto de um jornal católico, "newlook" das Novidades, de que os cristãos só tiveram conhecimento quando, já tomadas as decisões, se tratou de lhes pedir contributo financeiro. A hierarquia não parece ter visto a necessidade de pôr à discussão pública o projecto do novo órgão de imprensa católico. Apenas trapanga, nos corredores, que "talvez saia em Janeiro", que talvez seja dirigido pela professora Maria de Lourdes Belchior...

Apenas transpira, como antigamente.

Haveria ainda a assinalar — mas não num texto que recorda o que em Portugal se passou — os acontecimentos da Igreja de Moçambique, com a coreografia tomada de anoite de D. Manuel Vieira Pinto e dos missionários que com ele se solidarizaram, a qual ocasionou a sua vida para Lisboa, pouco antes de Abril. Atitude que toma todo o seu sentido ao ser comparada com os textos colectivos do episcopado local, em Março e em Setembro, ver EXPRESSOS de 9/3 e de 7/9 que não é também lugar aqui para comentar mais para que não deixamos de chamar a atenção. Interessante, ainda, a Assembleia Geral de Missionários, realizada em Outubro passado, cuja leitura das conclusões transcrevemos (EXPRESSO de 5/10).

Silva, Vicente Jorge

Ensino: ausência de alternativa para uma crise que perdura

Vicente Jorge Silva

NÃO CERTAMENTE, por acaso, o único sector em que, nos últimos anos, o regime fascista consentiu — e logrou "supotar" — uma certa "liberalização", foi o do ensino. Passada a era salazarista do país agrário, em que decorria a lenta acumulação do capital pela burguesia (quando para se ser considerado "alfabetado" bastava saber assinar o nome e o simples interesse pela leitura podia levantar suspeitas de inclinações "subversivas" e as necessidades progressivamente criadas pelo penoso arranco da fase de industrialização, a partir da década de 50, viria, também aqui, a exigir algumas adaptações aos novos tempos.

É assim que a criação da quinta e sexta classes, decretada por Galvão Teles (e que em muitas escolas do país não se chegou ainda a concretizar durante a vigência de Veiga Simão como ministro) é apresentada pelos responsáveis como qualquer coisa de "revolucionário", um passo decisivo no sentido da "democratização" do ensino em Portugal. Nessa decretada "democracia orgânica" que era o sistema corporativo, o único sector onde se ouvia falar de "democracia" era precisamente do ensino.

Mas as vicissitudes de Galvão Teles, apesar da sua mediocridade, dearam lugar a alguns afortunados, e o presidente do Conselho de ensino, que não admiro voos de prestígio entre os seus colaboradores, chamou para a pasta da Educação o dr. José Hermano Saraiva que se viria a notabilizar mais tarde, já no período mazeliano, com um furibundo discurso policial na televisão, que teve como resposta uma das maiores ironizações verificadas na história recente da Universidade portuguesa. Foi a crise universitária de 68, em Coimbra, que só teve paralelo, em tempos relativamente próximos, na crise de 1962.

O excesso de "zeito" de Hermano Saraiva, custou-lhe a cabeça

trivialista! E é com o seu sucessor, José Veiga Simão — testado uma orientação atacada pelos velhos corifeus do regime como perigosamente "liberal" — que se inicia finalmente um projecto de reforma cujas ambições, embora já muito limitadas à partida, se viriam a confrontar com toda a sorte de obstáculos, nomeadamente os que lhe opunham os mecanismos institucionais do aparelho corporativo, manifestamente incapazes de acompanhar as adaptações impostas pela nova fase de desenvolvimento capitalista em Portugal.

Neste aspecto, um autor conhecido pelas suas posições reformistas, Rogério Fernandes, hoje com responsabilidades governativas, nota, em meados de 1973: "É um facto apontado há muito a inadequação da estrutura escolar portuguesa às solicitações de uma economia modernizada. De facto, calcula-se que, em 1966, rondava os 36% a taxa de analfabetismo para a população portuguesa com mais de seis anos de idade. Segundo o censo de 1966, a percentagem de indivíduos activos sem instrução relativamente à população activa masculina com educação, era, globalmente, de 57,9 incluindo não só os analfabetos como indivíduos que, sabendo embora ler, não possuíam nem frequentavam qualquer grau de ensino. E Rogério Fernandes acrescentava outros factos, que "os recursos humanos disponíveis no nosso país, sob o ponto de vista da instrução, não podem satisfazer as necessidades verdadeiras de desenvolvimento económico acelerado". Foi que relativamente a esta "operação contra-reição" que pretendia ser a reforma Veiga Simão, o regime — apesar das resistências da sua ala mais conservadora — se mostrasse de longe mais permeável do que em qualquer dos outros sectores. Chegou-se, assim, a permitir certo tipo de críticas públicas ao projecto de reforma, a realização de

assembleias para a sua discussão, o que seria impensável noutros domínios. Com efeito, tornava-se necessário dar certas mostras de boa-vontade, de receptividade, para que fosse possível conseguir a mobilização de recursos imprescindível ao sucesso da operação. Mas como todas as cortidias contra o tempo, esta pretensão de apazigar o combio da Europa com a catragem do ensino não poderia deixar de ser, digamos, uma viagem sem destino.

Freqüente, para além da impossibilidade de reproduzir num país atrasado modelos inspirados nos sistemas escolares do mundo capitalista desenvolvido — foram denunciadas vigorosamente por Ivan Illich nas suas letras contra o mito escolar —, conduzindo, aliás, ao melhor das hipóteses, aos mesmos becos sem saída que os países capitalistas avançados já conhecem, o projecto vagamente referendado de Veiga Simão deparava-se não só com os obstáculos institucionais referidos como ainda com uma carência de recursos materiais e humanos (muito superior à que já se verificaria em condições normais) que tornavam extremamente aleatórias as hipóteses de concretização, mesmo fora dos prazos previstos, das suas linhas de acção.

Por outro lado, o "liberalismo" de Veiga Simão, era um "liberalismo" com certo, pelo e medida, sobredito na Universidade, onde o ministro acolheu a introdução dos famosos "gortilas". Além disso, a estrutura do corpo docente e dos quadros escolares em geral, a hierarquização autárquica-fascista em vigor nas escolas, eram por natureza impermeáveis ao menor sopro reformista. Daí que as escassas remodelações operadas graças quase sempre um clima de confusão institucional e administrativo. Ao que se procurava ocorrer com remédios e improvisações constantes que, como "soluções" de facilidade que eram,

vão podiam deixar de provocar o rompimento das já frágeis costuras do sistema escolar. Tudo isto, à medida que a ausência de estudantes aumentava em grande volume, em todos os graus de ensino, e que, em contrapartida, a insuficiência e precariedade das instalações e do equipamento escolares se acentuavam, originando situações in-comportáveis.

A extensão da escolaridade obrigatória até aos 8 anos, a criação do ciclo preparatório, a introdução da tele-escola, a substituição de novos cursos na Universidade — principalmente destinados a satisfazer as carências de quadros técnicos e directivos das empresas —, entre outras medidas tomadas pelo então Ministério da Educação Nacional, e que entretanto haviam podido ser parcialmente concretizadas, não foram mais do que escassos apressados num corpo escolar que permanecia estruturalmente anquilosado. Ao mesmo tempo que Veiga Simão, sonhando com altos voos, insistia na sua cruzada de "slogans" truncalistas sobre a reforma do ensino, onde não faltaram os de "batalha da educação" ou de "revolução cultural"...

Com o 25 de Abril, Veiga Simão aparece para alguns sectores do Povo como homem-charmeira, o homem de governo para uma transição suave, sem perturbações ou rupturas excessivas, de um regime para o outro. O seu nome teria sido mesmo o que o general Spínola avançara inicialmente como o candidato da sua preferência ao posto de primeiro-ministro do primeiro governo provisório. E se essa eventual ascensão não se costumou devido a naturais oposições, Veiga Simão conseguiu, no entanto, ao ser designado para o cargo de embaixador de Portugal na O.N.U., sobreviver politicamente à queda do fascismo, o que não sucedeu com nenhuma



outra personalidade relevante afecta ao regime.

O facto parece singularmente significativo. Veiga Simão era o representante de um certo "liberalismo" que o regime corporativo consentira em manter no seu seno, apesar de todas as contingências. Foi-o como o homem ideal para os que no 25 de Abril mais não viam do que um golpe de estado necessário a proceder aos reajustamentos tornados imprescindíveis para salvaguarda dos interesses dominantes. Ora, a sobrevivência política de Veiga Simão — que foi confirmada, mesmo depois do 28 de Setembro e da renúncia de Spínola —, corresponde, sinóticamente, a sobrevivência do seu projecto de reforma do ensino, apesar das medidas tomadas nos últimos meses, nomeadamente quanto aos órgãos de gestão das escolas, a novos esquemas de cursos, ou ao processo de saneamento. Medidas que, no entanto, constituíram mais um reflexo, a nível escolar, da nova situação política, e uma consequência das pressões desenvolvidas pelos estudantes, do que o resultado de uma intervenção específica neste domínio.

A mesma escola, a mesma crise

O que não se deve apenas a circunstâncias conjunturais — período de transição, falta de tempo para tomar medidas de fundo, etc. — mas a uma realidade mais profunda. É que a reforma de Veiga Simão, como projecto que pretendia responder às novas necessidades do capitalismo português, ultrapassava já, **por essa razão**, o âmbito de um regime (fascista) para ir de encontro às exigências do modo de produção dominante de que esse regime era apenas um instrumento peculiar. E na medida em que o sistema capitalista se mantém, a escola que lhe corresponde mantém-se igualmente. A escola que "era" a de Veiga Simão continua a "ser" a escola de Eduardo Correia, de Magalhães Godinho, de Rodrigues de Carvalho. E as conquistas políticas no campo da liberdade de expressão e de associação, o abrandamento do autoritarismo de que os estudantes também passaram a desfrutar, não são conquistas especificamente escolares, mas do conjunto da sociedade.

Neste sentido, o facto de a crise universitária prosseguir para além da queda de um regime e das substituições ministeriais, deve-se fundamentalmente a que a contestação estudantil era dirigida já, em grande parte, antes do 25 de Abril, não apenas contra o regime, mas contra a natureza, o conteúdo e os objectivos do próprio ensino — que ontem e hoje continuam a ser, necessariamente, os da escola capitalista. E uma vez que as condições políticas se alteraram, é natural que, longe de se dissolver, essa luta adquira hoje uma nova dimensão. Com efeito, a politização das massas estudantis na Universidade, em larga medida sob o impacto dos acontecimentos de Maio de 68 em França (onde se contestou a escola capitalista e o sistema englobante, e não par-

cialmente um regime ou um governo), veio-se aprofundando e radicalizando nos últimos anos, respondendo em parte com a tradição inerentemente anti-fascista das lutas universitárias do passado, de que é exemplo marcante a crise de 1962. Ista, em traços gerais, a principal motivação de uma crise, cuja continuidade suscita perplexidades infundadas ou incompreensões pouco esclarecidas, sendo politicamente reveladoras. Com efeito, a visão conservadora e estática da escola é comum a vários quadrantes políticos, aparentemente inconciliáveis noutros domínios. Da direita à esquerda tradicional, defende-se, quase em uníssono, uma lógica conservadora: a de que os estudantes são filhos da burguesia e que por o serem (isto é, privilegiados que "roubaram" aos trabalhadores e aos mais desfavorecidos) a possibilidade de entrar nas escolas se devem limitar a estudar e culor.

Ora, a escola burguesa reproduz, necessariamente, o esquema classista da própria sociedade, pelo que não tem sentido, neste contexto, falar-se de escola para trabalhadores — a não ser no que se refere à preparação de mão-de-obra qualificada, exigida pelo processo de desenvolvimento capitalista... De facto, só a partir de uma transformação radical das estruturas sociais, do modo de produção (consumo e da organização e sentido da vida colectiva, a velha escola que conhecemos cederá lugar a uma escola nova.

Será, então, que os estudantes, para se redimirem, entrezando, do pecado da sua origem privilegiada, devem acatar passivamente os princípios e a orientação que informam a escola burguesa? Devem respeitar e defender o "status quo"? Ou devem antes, apesar do carácter necessariamente limitado dessa reivindicação, bater-se

por uma escola nova e desalienada?

O fenómeno das contestações estudantis — que tem vindo a assumir grande amplitude nos nossos dias — mostra-nos os filhos da burguesia, na condição transitoria e "disponível" de estudantes, denunciando e rejeitando o saber difundido pela sua própria classe, como instrumento de dominação. Evidentemente que, uma vez integrados socialmente, depois do fim dos cursos, a maior parte dos estudantes serão "recuperados" pela sua classe, que lhes atribuirá postos e funções de domínio, a diversos níveis, na sociedade. Mas independentemente dessa realidade, se na escola burguesa são os burgueses que estudam, a contestação interna do sistema escolar só poderá ser feita pelos que aí se encontram e não pelos trabalhadores, que são postos à margem dela.

Com tudo isto, trata-se simplesmente de constatar uma realidade de facto, para além das manifestações peculiares e contraditórias que pode assumir a contestação estudantil. E é esta realidade que alguns se recusam a entender, recorrendo aos mais diversos alibis e explicações sumárias e emotivas. Ora, a escola é, quer-se ou não, um dos pontos mais sensíveis e quentes da crise da sociedade capitalista, um reflexo das contradições em que, inevitavelmente, se debate o próprio sistema, neste ou naquele regime político.

Entretanto, em Portugal, a crise escolar apresenta, evidentemente, aspectos concretos relacionados com o momento que vivemos. Assim, o facto mais saliente depois do 25 de Abril no campo da política do ensino é, precisamente, a ausência de uma política — ou, por outras palavras, a ausência de uma alternativa nova à reforma de Veiga Simão.

Aquiã a que temos aludido até hoje consistem, sobretudo, adaptações curriculares, determinadas essencialmente por um novo condicionalismo político, cujas incidências no plano escolar não poderiam deixar de se fazer sentir. E mesmo o argumento de não haver ainda tempo para se procederem a alterações de fundo, não invalida a constatação de que não existe nenhum programa nesses sentidos. Ora, esta ausência nota-tiva que vir um problema de tempo ou dificuldades de conjuntura. Que impéria, por exemplo, os pontos da coligação ou os pedagogo chamados a in-

tegrar a equipa do MEC de apresentarem programas de reestruturação do sistema escolar?

Só que, segundo todo parece indicar, esses programas não existem — e não existem. Existem, sim, críticas parcelares ao projecto de Veiga Simão, mas que não contrapõem a este projecto nenhuma alternativa sistematizada e global. Talvez por uma simples razão: não há verdadeiras alternativas reformistas a um sistema reformista. Ainda que extremamente limitado como era o do antigo Ministro da Educação Nacional.

Um vazio político

Nestas condições, não é de surpreender que se venha assistindo a uma espécie de vazio político no campo do ensino. E vazio, porque, depois de posta em causa a ordem facista nas escolas (que se traduzia, nomeadamente, no autoritarismo politiceiro de directores, reitores e corpo docente, e pela repressão directa ou indirecta de qualquer expressão contestatária, não sucedeu uma "ordem nova". Vazio, ainda, porque não sendo possível extirpar as raízes do fascismo através de simples medidas parcelares ou administrativas e técnicas, o chamado corpo de autoridades logrou sobreviver em muitas escolas — onde a despolitização dos estudantes os torna mais vulneráveis à manipulação da sua vontade pelos prestadores reaccionários —, passando os novos órgãos de gestão a ser integrados, em grande número de casos, por elementos que já anteriormente ocupavam funções directivas ou mereciam a confiança das autoridades fascistas. (A este respeito, consulte-se o artigo "Situação nos liceus: significado dos acontecimentos no Pedro Nunes", EXPRESSO n.º 103).

Vazio, também, porque à falta de instalações e de equipamento para corresponder, em condições normais, à avalanche de candidaturas à Universidade, se impõem, com essa finalidade exclusiva, um serviço cívico estadual — "justificado", a posteriori, com argumentos políticos, a que não faltaram comparações totalmente descaídas com as mobilizações estudantis em Cuba e na China Popular, as quais não surgiram como mera válvula de escape para o congestionamento das escolas.

Vazio, finalmente, porque, face à rápida e previnível degradação do ambiente escolar, se abriu terreno especialmente propício ao especialismo de tesões partidárias, tornadas, por vezes, as escolas em terrenos de confronto — em termos de violência física, até —, em que os problemas estudantis serviam de mero pretexto para outro tipo de hostilidades.

E neste contexto, nestas condições objectivas de crise, que se insere a disputa entre a U.E.C. (organização integrada no P.C.P.) e certos correntes radicais do movimento estudantil, identificadas com o M.R.P.P. Mas se a U.E.C., limitando-se a apoiar incondicionalmente a política ministerial — de acordo com a técnica seguida do P.C.P. —,

visto perdendo terreno, a passos largos, entre a massa estudantil — depois de um período de nítido predomínio —, as posições de radicalismo sistemático e sectário, saltando as costas à apresentação de alternativas concretas, foram também claramente marginalizadas. Assim — e tal com o EX-PRESSO sem vindo a noticiar nas últimas semanas — assiste-se hoje a um processo cuja característica dominante reside na rejeição pelos estudantes, quer do conformismo reformista, quer do extremismo dogmático e sem perspectivas. Rejeição que se estende à manipulação da questão escolar e das lutas estudantis por instâncias partidárias. Em contrapartida, destaca-se já claramente, entre os estudantes, uma tendência no sentido de favorecer as opções e alternativas verdadeiramente concretas, consequentes e progressistas no plano escolar. Ora isso constitui um formal desmentido às acusações, habitualmente feitas aos estudantes, segundo as quais estes apenas pretendiam "não trabalhar".

Quando da sua estadia em Paris, por ocasião da reunião da UNESCO, o Professor Magalhães Godinho fez declarações ao "Nouvel Observateur", que aquele semanário reproduz no seu penúltimo número, a propósito da renúncia do anterior ministro da Educação à cultura do cargo que desempenhava. Afirma, nomeadamente, o Prof. Godinho que "O número das inscrições da universidade é superior em 40% ao ano transacto. Como esta "monstruosa" colusão com um saneamento necessário mas profundo do corpo docente, encontramos-nos perante um problema quase insolúvel. Falta-nos professores qualificados e as instalações universitárias não são elásticas. Para resolver este problema, temer-se-á necessário criar, simultaneamente, um ensino superior curto, como proporiação para certos profissões ligadas à indústria e à administração, e também um "serviço cívico" que absorverá o excedente, permitindo a uma parte dos estudantes fazerem serviços nas fábricas, nos hospitais e participarem em campanhas de alfabetização e de educação permanente.

"E uma tarefa enorme — prossegue o Prof. Magalhães Godinho. Tanta mais que, no ensino primário e secundário, se põem outros problemas. No primário, por exemplo, decidimos retirar todos os manuais. O ensino que dispensavam, a sociedade portuguesa que descreviam, nada

tinham a ver com o ensino e a sociedade que queremos construir. Vemo-nos, pois, obrigados a entrar a cada professor "guia" passado a duplicar outros redigidos à pressa, em apenas uma semana. No secundário, onde a estrutura dos estabelecimentos foi profundamente modificada, procurando, por exemplo, os reitores não agarrar deltois, o reconome das aulas teve lugar com vários meses de atraso e em condições muito difíceis". E o antigo ministro da Educação e Cultura sublinha ainda que a situação no ensino superior "tembra a de Maio 68".

Ora, para além de certas imprecisões e indicações de objectividade duvidosa (como das referências ao saneamento "profundo" do corpo docente, à substituição de "manuais" no manuseio no ensino primário e à modificação "profunda" da estrutura das escolas secundárias, as declarações de Magalhães Godinho no semanário francês — em estilo insensivelmente menos "apoloítico" do que a sua posterior declaração de renúncia para uso interno — contém uma confissão especialmente reveladora: a de que estamos "perante um problema quase insolúvel".

Quase insolúvel, decerto — mas porquê? Porque a forma e os meios de enfrentar a crise — segundo pressupostos estruturalmente reformistas — não permitem qualquer solução, mesmo a título precário e transitório. Forma e meios tradicionais, que partem da busca de que a questão escolar abordável em termos meramente quantitativos (mais salas de aula, mais professores, mais equipamento, etc.) ou em termos técnicos de simples ajustamentos e reconversão de programas e estrutura de cursos, e de adopção de esquemas de gestão, mais ou menos "democráticos", para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Para recordarmos a um exemplo insupesto, na França gaulista de depois de Maio 68, a reforma Faure e, posteriormente, o relatório Joxe, elaborado pelo o ministro da Educação francês, iam de longe muito mais fundo na detecção das verdadeiras raízes da crise escolar. O que quer dizer que — pelo menos ao nível da análise das causas dos problemas — há políticas conservadoras mais esclarecidas do que certa esquerda coisera, que se compraz em declarações, mais ou menos desesperadas, de impotência. Mas o paradoxo não será apenas aparente?...

Carvalho, Augusto

A descolonização em 1974 descobriu tensões nos regimes

Augusto de Carvalho

ELA CONTINUOU agitado nas colónias, sendo vivível, logo desde o início, as contradições existentes no exercício do poder que o 1973 já havia demonstrado com significativo efeito. As linhas mestras da chamada política ultramarina continuavam a receber interpretações diversas no nível do governo, onde o seu chefe se mostrava incapaz de traçar uma directriz, ensabendo entre uma orientação que abraçava por desconhecimento dos tempos e a rigidez do presidente da República. Quanto do integracionismo mais integracionista, Marcelo Caetano, em 1974, ensaiava balbúes, lançando personalidades para, logo a seguir, abraçar a linha dura, precisamente aquela que, em nome de não mobilizar o sentimento no governo. Essas contradições repercutiram, à laia de tremor, naquela imprensa que se pronunciava em proclamar a ligação às flutuações do poder, tentando empurrar a evolução política do país para caminhos novos. Pronunciava assim que personalidades importantes no regime tinham sido entrevistadas que eram estudadas pela comuna em Lisboa. Essas personalidades podiam mesmo enfiar na linha dura do

integracionismo. A desorientação tinha atingido o auge e as ordens, embora todas carregadas nos carnis do mais obsoleto colonialismo, demonstravam a sociedade o desmontamento no poder. Eram cortadas em Lisboa entrevistas com o general Kaula de Arriaga e discursos do então ministro do Ultramar, Baltazar Rebelo de Sousa, duas linhas divergentes de uma mesma política de fundo.

A experiência tentada por Marcelo Caetano, aconselhando o advogado da Beira, Máximo Dias e a professora do Liceu António Enes de Lourenço Marques, Joana Simões, a fundarem uma espécie de Sodal em Moçambique, frente interna que teria o condão de fazer ver ao estrangeiro que organizações de negros e brancos advogavam a aplicação da Constituição Portuguesa a Moçambique e contestavam a FRELIMO a partir de dentro, deparou com a resistência dos seus ultras de Lisboa e do governador-geral Pimentel dos Santos, que prolongou indefinidamente a aprovação dos estatutos da associação. Nela infiltrou a Fide que depressa se apercebeu que havia gente preparada para entrar na agremia-

ção (o GUMIO) a fim de verdadeiramente preparar terreno para a "subversão". Apoiava Joana Simões e Máximo Dias o ministro do Ultramar, Rebelo de Sousa que representava no seio do governo, a linha avançada no respeitante às colónias e que, por isso mesmo, era guardado de perto e hostilizado pelos ultras, chegando mesmo a isolá-lo. O próprio Marcelo Caetano não teve, nessa altura, coragem, para apoiar uma linha que ele próprio inspirava e parecia não temer deixar cair em desgraça aquele que era conhecido como o seu deflun, que, aliás, lhe era inteiramente fiel. Américo Tomás chegou mesmo a exigir que o ministro Rebelo de Sousa sujeitasse ao seu veredicto um discurso que deveria pronunciar na Guiné para que não repetisse o que havia dito, aquando da sua viagem por Angola e Moçambique, em que usou uma linguagem de sabor senegalesa do princípio dos anos sessenta, sem contudo tentar insinuar negociações com os movimentos guerrilheiros. Era o ministro homem do todo lúdica e era esse todo que defendia, embora concebendo-o fortemente des-

A linguagem do desespero em coro comandado

É impossível os movimentos de libertação não desarmarem e a sua luta conheça progressos contínuos, quer a nível da diplomacia nos palcos internacionais, quer a nível da conquista do terreno e das populações no campo interno, ou seja no mar. A céntrica era tal e tanta que uns dos deputados mais conservadores por Moçambique, o antigo presidente da União Nacional, Gonçalo Mesquita, foi música Nacional, com palavras limitadas em tal personalidade: "Vicinas tempos difíceis em Moçambique, disse então. Todos têm os elementos para os analisar. As greves em bens e as vidas são valores do que nunca foram. A ferocidade do inimigo é mais aumentada do que em períodos anteriores. Sofrem os militares que se defendem e os atacam com armas nacionais. Sofrem na as populações que tantas vezes não encontram defesa para além da fuga ou transigência com que se negam o direito à vida, esperando poder ser recuperadas pelas nossas tropas. E sofrem todos os que ali vivem nas suas angústias, na incerteza do viver físico do amanhã próximo, na dívida sobre

se o que se está a fazer basta para sustentar a vaga que destrói e corrompe, se basta para evitar a erosão da economia, da resistência moral, da própria disciplina cívica". E Gonçalo Mesquita falou "de clima deteriorado, de confusão totalizada, de dívida instalada nos espíritos". Etc., etc. Aludindo à conferência dada por Joana Simões, em Lisboa, acrescentou: "É difícil de nosa hora há que tal pudesse ter sido exposto em conferência de imprensa em Lisboa, por elemento de portuguêsismo duvidoso, porque dele carece na sua formação, sensibilidade e raciocínio. O que se conviu defender foi mais a definição de como ideias terroristas podem ser realizadas por via pacífica sem hecatombes, do que a explicação de como se deseja que Moçambique evolua dentro da unidade portuguesa". Qualquer brecha no edifício da unidade nacional do Minho a Timor, ainda que longínqua, enchia de pavor os corações da linha dura do governo, que, depois, reagiam atabalhoadamente.

Nesta mesma sessão falou pela Guiné o deputado Gardette

Correia, afirmando: "quando chamar a atenção do governo para que o fulcro, a moia mostra de toda a guerra do ultramar assenta na Guiné Portuguesa e, uma vez perdida esta, Portugal jamais poderá pensar em defender e manter as restantes províncias ultramarinas". Curiosamente, esta afirmação, como então pôde publicar o EXPRESSO, levou o presidente da Comissão do Ultramar, Neto de Miranda, a interromper o orador para clarificar que interpretava a sua frase como palavras de fé e não como palavras de arrastamento e que a Câmara se entendia como significando "que é preclaramente com vontade indômita que desde 1961 não temos acompanhado a luta no ultramar, que é com essa mesma vontade que nosso sentido todos os elementos para vencer a luta que nos é imposta e que é com essa vontade que nós podemos e devemos fortalecer ainda mais essa unidade para a defesa de todas as parcelas do nação e para defesa da sua unidade". O orador concordou com esta interpretação. Era uma assembléia em que os oradores concordavam sempre com as verbas mais ou menos oficiais.

Entretanto já Costa Gomes havia sido nomeado para Comandante Chefe das Forças Armadas, já se anunciava o livro do general Spínola, "Portugal e o Futuro", já as entrevistas deste último eram frequentemente proibidas e, sobretudo da Guiné, vinham ventos de rebelião que inquietavam o governo central, praiateiro numa espécie de parâmbia obsessiva.

E nesta altura que o EXPRESSO começa a publicar textos sobre as Forças Armadas, que a custo e truncadismos viam a luz do dia. E publicava-os para informar o público que, também no seu seio, havia elementos antifascistas e anticolonialistas que procuravam organizar-se.

O General Spinola

A personalidade do general António de Spínola torna-se cada vez mais perturbadora. Na Guiné, com a experiência militar que lhe assiste e cuja valentia ninguém se atrevia a pôr em dúvida, já havia gritado alto e bom som que o problema colonial não tinha solução por via das armas, mas se devia procurar um caminho político para o diferendo. Mas Líbica, que temia o general, não queria ouvir falar nas suas teses, mesmo quando António de Spínola se referia à possibilidade de uma derrota na Guiné. Marcelo Caetano já definitivamente enfundado na prática aos ultrás que li haviam amarrado de pés e mãos, dada a sua fraqueza política à mistura com pendores da sua história pessoal, declarou que era preferível uma derrota a uma negociação. É que, neste último caso, abria-se, na opinião de Marcelo Caetano, um precedente perigoso. Se a Guiné, porque não Angola e Moçambique? E Marcelo Caetano conhecia bem que os guerrilheiros avançavam em Moçambique. Que já se tinham implantado na Gorongosa, ali a poucos quilómetros da Beira. Em Junho de 1973 podia ler-se numa informação confidencial do Comando Chefe de Moçambique: "Face à acrididade inimiga na área da Serra da Gorongosa (durante o período um ataque a uma vila da Safrique) o Parque Nacional da Gorongosa poderá vir a ser encerrado e que constitui um dos principais objectivos do inimigo na área". Os comunicados sobre infiltrações são alarmantes. Muitas unidades portuguesas, espalhadas pelo mato, limitam-se a defenderem-se, o que fazem conscientemente, e os próprios oficiais e soldados começam a aparecer mais e mais politizados, sendo em causa a justiça da guerra que eram compelidos a travar. Não se trata propriamente de um exército desmoralizado, mas de um exército que aprendia, embora na sua



generalidade em termos primários, os caminhos políticos em cujo conhecimento se ia aperfeiçoando. O descalabro económico era evidente, sobretudo em Moçambique. Em Angola o governador-geral esforçava-se por impor o slogan da imparabilidade da província, fundamentado nas suas riquezas.

Mas ninguém duvidava que, a seguir à Guiné, cairia Moçambique e os próprios residentes brancos começavam a abandonar o território desiludidos com uma política económica (e não só) inoperante que a megalomania pessoal de Pimentel dos Santos encravava ao ritmo dos dias. Escreevou o EXPRESSO então que em Moçambique, teatro de guerra, a população sob o regime português esperava por Godot, fórmula para fugir à censura, dado que o que transparecia da reportagem era que a população havia perdido a esperança. Mas mesmo, quanto ao caso da Guiné, nem todos os políticos e militares da linha dura pensavam da mesma maneira.

Alguns, até generais, advogavam a saída daquele território para que Portugal pudesse concentrar todas as suas forças em Angola e Moçambique. Entretanto WIRIAMU e a maneira desastrosa como uma política estrangeira, baseada em mentiras que todo o mundo detectava e conhecia, era conduzida, acentuava o descrédito e isolamento de Portugal.

Duas linhas pouco claras

Embora houvesse a tendência antes do 25 de Abril para distinguir, no seio do governo, a linha dura de uma outra mais flexível que seria aquela que advogava a aplicação evolutiva da revisão constitucional em que se falava de autonomia progressiva das então chamadas províncias ultramarinas, de acordo com as variações momentâneas da política, assim mudavam as concepções de alguns daqueles que mais a serviam. E que todos eles, no fundo, desejavam de permancecerem no poder, só esboçavam a abertura quando tal não fazia perigar a respectiva carreira. Assim se tornava mais e mais evidente que o regime nunca poderia rebanhar pelas costas, porque ninguém, finalmente, se decidia a rompê-las.

Na linha do que acabámos de escrever é significativo o discurso que Veiga Simão pronunciou em

Fevereiro, ao empessar, em Lisboa, o reitor e vice-reitor da Universidade de Angola, sendo conhecido Veiga Simão como um dos homens de ponta do regime.

Transcrevemos o professor Veiga Simão que se coloca, então, a nível da educação na linha do mais puro integracionismo unitário: "Há pessoas que em nome da unidade nacional e ao mesmo tempo esboçando palavras especiais as Forças Armadas entendem que o desenvolvimento cultural e educacional nas províncias ultramarinas deve obedecer segundo regras que dizem não dever ser as da metrópole — gustava de saber porque — mas não se atrevem a afirmar qual é o". Na altura não era possível afirmar, "tout court", que regras eram essas e o professor Veiga Simão sabia-o perfeitamente, assim como sabia que o seu desajo não podia ser respondido. A censura não autorizava. Agora, porém, já ele sabe qual é o.

"Portugal e o Futuro" nas vésperas do 25 de Abril

22 de Fevereiro foi a grande cátedra para o regime, com a publicação do livro do general António de Spínola, "Portugal e o Futuro", onde se propunha a reestruturação política do país em que o plebiscito deveria funcionar como elemento legitimador da autoridade. Todo o regime era posto em causa e posto em causa pelo vice-chefe das Forças Armadas em livro que levava o aval do general Costa Gomes, aval este a que o ministro da Defesa, o professor Silva Cunha, se furtava habitualmente declarando que confiava na leitura que havia feito o chefe das Forças Armadas.

Faça o ultramar pensava o general Spínola numa solução federativa, logo repudiada pelos movimentos de libertação. Marcelo Caetano, que não foi capaz de proibir a publicação do livro, preso dos seus medos, tentou amellar a sua influência, procurando fazer esquecer a parte em que se

propunha a democratização do país para imitar nas soluções federativas que até os próprios guerrilheiros não aceitavam.

Entretanto o EXPRESSO que fez uma síntese do livro, foi apreendido pela PIDE na Guiné e queimado em Moçambique. Quinze dias à chegada ao aeroporto. As pessoas eram revistas para ver se encontravam o jornal nas bagagens. Era necessário, a todo o custo, que no ultramar as pessoas não soubessem das divergências que minavam o governo central.

Entretanto os acontecimentos precipitam-se: é demitido o general Costa Gomes, o general Spínola e o almirante Tierno Baguibo, quando o Movimento dos Capitães que, pouco a pouco, se transformaria no Movimento das Forças Armadas tinha o plano quase pronto para derubar o regime.

Vem as Cidades e vem o 25 de Abril cujo idealismo no respeitante

ao ultramar consigna textualmente: "A política ultramarina do governo provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à nação orientar-se-á pelos seguintes princípios: reconhecimento que a solução das guerras no ultramar é política e não militar; criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino; lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz."

Era impensável um regime democrático na Europa com colónias na África e era necessário pôr termo imediatamente às guerras do ultramar, guerras cuja existência foi uma das causas determinantes do 25 de Abril. Agora o povo já começa a ser elucidado. Os Movimentos de Libertação fazem-se ouvir em Portugal e começa a conhecer-se, ao nível do grande público, a situação real das colónias.

As divergências no novo regime

Nos centros de decisão, porém, há discordâncias sobre a forma de resolver o problema. O general António de Spínola, agora presidente da República, agarra o problema com as mãos ambas e fazendo uma interpretação extensiva do Programa do Movimento das Forças Armadas, perfilha para o ultramar um referendo. Seria o povo das colónias em bloco a votar o seu futuro. Por outro lado, trabalha no sentido de fomentar organizações internas que apareçam como partidos para disputarem em pé de igualdade o plebiscito com os movimentos de libertação. Aparecem, assim, depois do 25 de Abril, partidos em todas as colónias e mais uma vez nos surge em Moçambique, Joana Simões a liderar um movimento, agora de sabor eminentemente tribalista, mesmo ao nível da linguagem que fala. Decididamente oposta à FRELIMO. Nas instâncias do poder labocista, havia acolhimento para esse tipo de partidos a que os guerrilheiros chamavam partidos factoches e os rejeitavam veementemente. Tarda-se em reconhecer o direito dos povos à independência, falando-se apenas em autodeterminação, conceito que no seu bojo alberga o referendo.

Em 27 de Julho, António de Spínola pronuncia o discurso histórico que ficou conhecido como o discurso da independência em que já se reconhece abertamente tal direito.

Comçam as negociações com P. A. I. G. C. que, finalmente, é tido como o único representante do povo da Guiné. Estava ultrapassado o problema do referendo que os movimentos de libertação sempre se recusaram a aceitar, dado que não faria sentido ir perguntar a um escravo se queria ser livre. A um escravo que para mais combatia contra a escravatura.

Segue-se Moçambique, imenso território, com importância enorme quer em si mesmo, quer ao nível da estratégia política mundial. Dividiram-se, em Lisboa,

as opiniões. Tenta-se, mais uma vez, potenciar internamente partidos sem representatividade, formados à pressa, cujo único fito seria o de se opor à FRELIMO. Há quem gize para Moçambique um tipo de democracia em moldes ocidentais, burgueses.

A FRELIMO usa de todas as armas para, distinguindo os amigos dos inimigos, poder conduzir a sua "guerra" com estes, isolando aqueles. Finalmente venceu. Foi reconhecida como os acordos de Lusaka que o general António de Spínola muito contrafeito assinou. Começa a ser evidente que o general António de Spínola não conseguiria conduzir o leme da República durante muito mais tempo.

E mais uma vez o ultramar havia de funcionar como uma das poderosas alavancas que o iriam fazer rolar. Aparece, com toda a evidência, que as forças progressivas do ultramar, bem como os movimentos de libertação, se aliam às forças progressivas de Portugal. Formando uma frente única para uma descolonização sem neocolonialismos à mistura. O general Spínola é acusado, nesta altura, de favorecer o jogo neocolonial ou o jogo do imperialismo americano, mencionando-se, a propósito, o caso de Angola, cujas negociações com Mobutu, ponta de lança do americanismo na África era um sistema mais que evidente. São chamadas a Lisboa individualidades de "partidos" angolanos. Contra um destes é passado, logo a seguir, mandato de captura, por se haver verificado que pertencera à PIdé, desempenhando igualmente funções de

delegado da CIA em Kinshasa (ligação com a PIdé), cargo que acumulava com a percepção de um filho de Mobutu.

António de Spínola cai, incapaz de perceber a amplitude de uma política em que entravam movimentos ideológicos, que o general era incapaz de admitir.

Mas o problema de Angola continua de difícil solução, apesar do tacto político de Costa Gomes e do Alto-Comissário, Rosa Coutinho. Nas negociações apenas serão admitidos os três movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA), mas cada um deles representa interesses, por vezes, antagónicos.

Esperam-se as negociações no princípio do ano com vista à formação de um governo de transição que conduza Angola à independência num curto prazo de tempo.

O caso de S. Tomé foi resolvido e em breve será mais uma nação a falar português. Macau, que não tem o estatuto colonial, reside na amplitude das relações de Portugal com a China e Timor é, por enquanto, uma incógnita, enquanto o futuro de Cabo Verde já está, mais ou menos decidido.

Aguarda-se, também, para breve, que quando Angola e Moçambique estiverem de facto independentes a língua portuguesa seja recebida na ONU, como língua oficial. As promessas já foram feitas e o direito assiste-lhe.

Entretanto e quanto à descolonização as contradições ainda não foram superadas. Esta análise, porém, dado o espaço de que dispõe, não se compadece com ulteriores pormenores.

Formigo, Benjamin

Do "movimento de oficiais" ao M.F.A.

AS FORÇAS ARMADAS passaram em 1974, para o primeiro plano da Vida Nacional. Desde Outubro de 1973 que o estado denominado "Movimento de Oficiais" começava a ser felado em vários. Os melhor informados faziam-se ignorantes, os mais mal informados iam-se colando, os especulando entre amigos. Pois, "... com a PIDE de um lado e Exército do outro..."

Entretanto o "Movimento dos Oficiais" ia-se desinvestindo, esvaziando os seus tentáculos a todas ou quase todas as unidades do país. Por essa altura deixava já de ser um movimento de carácter reivindicativo e passava a ser um certo marcadamente político. "A certa altura transacionamos os problemas reivindicativos e praticamente a parir de Dezembro do ano passado começamos a orientar a nossa acção para qualquer coisa de mais vasto... e começamos a consciencializar-nos para uma tomada de posição muito firme em relação ao governo" afirmou em entrevista ao EXPRESSO, Saraiva de Carvalho. Em princípios deste ano vem a "pública" o primeiro idos que veio a público comunicado dos "capitães". O tom era duro e deixava já poucas dúvidas a quem o quisesse ler e interpretar a sua extensão. Certo recusou-se a fazê-lo, pois é impensável que dele não tenha tomado conhecimento. Convicto do poder dos generais, o então Presidente do Conselho preferiu olhar as coisas em fundo vermelho, esquecendo os galhos.

Os generais prestam-lhe "vasalagem" em meados de Março. Os generais Costa Gomes e Spínola, na altura chefe de Estado Major General das Forças Armadas e Vice-Chefe do mesmo cargo, respectivamente, bem como o Contra-Almirante Tierno Bagulho recusou-se a estar presentes a tal cerimónia. Vinte e quatro horas passadas Costa Gomes e Spínola são promovidos dos cargos que ocupam, sobrevivendo-lhes no seu cargo por pouco tempo mais o contra-almirante Bagulho.

A situação era insustentável em todos os sentidos e a todos os níveis, para os militares.

(...) "Mas quem é que lhes disse que podiam falar por mim?" Foi pergunta coerente de alguns oficiais que na altura não se encontravam insuados do "Movimento". A vasalagem dos generais respondeu os "capitães" com a intenção das Caldas. A colónia das Caldas conseguiu o Governo e as forças militarizadas, PIDE e poucas Forças Armadas (parte de uma unidade). A este movimento verdadeiro teste para o 25 de Abril segue-se o segundo comunicado dos "capitães". Tem duríssimo deixando a dizer a firme decisão dos militares de não recusarem. Os dias do Governo Marcelista estão contados. As últimas horas de 24 de Abril darão o colapso.

Dai para cá o "Movimento de Oficiais" agora Movimento das Forças Armadas, sofreu modificações estruturais várias, alargou-se às restantes Forças Armadas. Interpretou o seu programa tentando ir ao encontro das realidades presentes com maior ou menor dificuldade que por vezes eram impostas por mandatários seus.

A 28 de Setembro a situação dentro do MFA e das Forças Armadas sofre alterações que sem serem de fundo se tornaram importantes para o desenvolvimento do processo em curso. Apresentamos hoje a verdade possível do que até agora se tem passado. Se alguns pontos continuam obscuros, omissos ou insuficientemente claros isso é consequência directa do segredo militar (mesmo que temporário).

BENJAMIM FORMIGO

"Portugal e o Futuro"

António Spínola, então Vice Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas publicou o livro "Portugal e o Futuro" cuja influência dentro do exército não pôde de forma alguma ser ignorada. Mas, se "Portugal e o Futuro" para alguns era uma obra perniciosa para outros era uma solução ultrapassada no tempo.

"A própria sobrevivência nacional será posta em causa se persistirmos na concepção de que a solução pública mundial que está errada e que todos os nossos problemas resultam apenas da rebelião ou falta de visão de terceiros" [...].
"Ao terminar o nosso depoimento, devíamos esclarecer que não nos julgamos detentores exclusivos da verdade. Outras soluções existirão, certamente mais válidas" [...].
Escreveu então Spínola.

Imediatamente após a publicação do livro o general é atacado pelo Presidente do Conselho na Assembleia Nacional. "Em face deste ataque que tudo indica estar em aumento, impõe-se que se portugueses adoptem uma atitude consciente e defensiva. E por isso se lhes pede, através da sua mais alta Assembleia representativa, nova reflexão." Seguidamente Marcello Caetano considerou inaceitável a adopção de soluções de negociação para a Guiné: "Uma transigência ou uma abdicção num sítio logo afectaria a força da resistência do conjunto." [...] Os soldados que guardaram as praias da Ultramar nestes últimos anos não estiveram lá a ver morrer camaradas como justificação de outros morrerem após eles."

25 de Abril e reacção

● O pronunciamento

Depois dos acontecimentos das Caldas tornava-se necessário andar depressa, pois a máquina repressiva preparava-se para atingir os capitães. O 18 de Março provocou uma desorientação considerável no Movimento e até profundos desânimos. Oito dias depois da intenção a Comissão Coordenadora reuniu com Otelo e com outros oficiais da direcção do Movimento. Nesta época decidiu-se haver uma possibilidade de recuperar o prestígio que o Exército dia a dia ia perdendo: o derrube de Gouveia.

Ficou decidido que na semana que tinha início a 22 de Abril os "capitães" iriam desencadear um golpe militar contra o governo de Caetano.

Na semana que começou a 15 de Abril efectuaram-se reuniões finais com os delegados de todas as unidades que iam participar na acção, reunidos essas que se efectuaram por sectores. Dia 25 todas as unidades estavam já avisadas do que se iria passar; às 13 horas desse dia é comunicado às unidades o grupo data-hora da acção: 25 de Abril às 03 horas.

As unidades e demais grupos de comandos deveriam escutar os Emissores Associados de Lisboa às 22 e 35 até ouvirem "E Depois do Adeus", escutando seguidamente Rádio Renascença às 00 e 25 "Grândola Vila Morena".

Muitas poucas eram as unidades que estavam fora da acção. Ha-

veria algumas cuja posição de neutralidade era prevalente e muitas poucas que eventualmente se oporiam ao Movimento. As 11 da noite de 24 havia unidades já profundamente comprometidas neste processo, e que o tornava irreversível. Algumas tiveram de dar ordem de prisão aos seus comandantes que se opunham à acção. Oficiais constituídos em grupos de comandos tentavam o razió de determinadas entidades que poderiam afectar o curso dos acontecimentos embora com pouca possibilidade de o fazerem.

Pela manhã de dia 25, Lisboa tinha conhecimento do pronunciamento militar.

Em pouco mais de vinte e quatro horas tudo está acabado. O governo decidiu entregar-se; as prisões políticas são abertas; a PIDE rende-se e é encarcerada nas suas próprias prisões.

● A reacção organiza-se

Na própria noite de 25 de Abril, em casa de José Vale de Figueiredo, reúnem-se durante toda a madrugada pessoas vindas em dez carros. Durante essas reuniões algúms se apercebe do ruído de funcionamento de um duplicador.

As reuniões em casa de José Vale de Figueiredo prolongam-se por cerca de 30 dias, altura em que é aberta a sede regional do Partido do Progresso. A elas assistem antigos combatentes da Guiné e não só.

De Spínola a Costa Gomes

Em meados de Junho a Junta reunem com o MFA. Segundo o que é comentado à imprensa foi aquela quem convocou o encontro.

A crise Palma Carlos está já em perspectiva. Actuações do Governo chocam com o espírito do programa do MFA. "Estávamos a dar cobertura a uma política de direita" — afirmaria Pereira de Moura.

Entretanto, por despacho do Chefe do Estado-Maior General forma-se oficialmente o COPCON. Pode-se ler no despacho as suas funções: "Intervir directamente na manutenção e estabelecimento da ordem, em apoio das autoridades civis e a seu pedido, quando haja insuficiência das forças militarizadas; em situações em que se torne inconveniente a utilização das forças militarizadas; e em locais onde estas não puderem ser utilizadas em tempo oportuno. Garantir, quando se verifique situação interna de insegurança e perturbação da ordem pública, o livre exercício da autoridade constituinte; as condições de ordem pública julgadas necessárias ao regular funcionamento das instituições, serviços e empresas públicas ou privadas essenciais à vida da Nação, e à salvaguarda de pessoas e bens."

"O COPCON é uma sigla agora imposta a um exército mais dinâmico. Constituído por jovens oficiais acruantes profundamente integrados no espírito de Movimento, a sua missão é de dinamizar operacionalmente todas as Forças Armadas. Uma das linhas intencionais é que as tropas não se confinem aos muros dos quartéis e tenham uma acção psico-social junto das populações." — Dizia por sua vez Saraiva de Carvalho em entrevista concedida ao "EXPRESSO".

Formado o COPCON, a sua primeira intervenção verificou-se na greve dos CTT.

Quando se tomaram de logo insusceptíveis aqueles que não pretendem ser os únicos detentores do espírito do programa do MFA.

● Mudança de Governo

Entretanto a crise Palma Carlos chega ao seu termo com o demissão do Primeiro-Ministro e consequentemente de todo o ministério. A tentativa de Palma Carlos para alargar os poderes de Spínola foram goradas. Começa agora uma outra luta entre o MFA e o general. Enquanto que o general propunha como primeiro-ministro Mário Firmino Miguel o MFA preferia o coronel Vasco Gonçalves, então membro do Conselho de Estado, à escolha de compromisso representada por Firmino Miguel. O novo Governo levou a uma maioria por parte do MFA. A partir deste momento, o general, nas suas tentativas de desinstalar a Comissão Coordenadora do Programa e disseminar o MFA.

Todas as tentativas no sentido de alargar o MFA às restantes unidades desfrutaram com a resistência do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Jaime Silvério Marques. Este oficial-general invocava todos os pretextos, sobretudo a hierarquia constituída, para impedir esse alargamento de âmbito do MFA.

Torna-se, então, necessário a escolha dos oficiais que ao Conselho de Estado irão substituir os camaradas nomeados para o Governo Provisório.

● O representante da Força Aérea

Apenas na Força Aérea a escolha definitiva demorou um pouco mais dada as circunstâncias em que a Assembleia escolheu o major Moraes para o lugar do capitão Costa Martins. Esta eleição foi feita a uma quinta feira, reunindo a Assembleia em condições deficientes, com vista a uma possível exigência imediata da parte de Spínola de um conselho para o lugar de Costa Martins. Uma vez que se não aconteceu, o tempo permitiu a este ramo das Forças Armadas proceder a uma consulta profunda ao base. Em consequência do que se procedeu a nova Assembleia que permitiu a eleição com mais calma do major Canto e

Castro para o cargo, ficando o major Moraes, sempre com o aval da Força Aérea, como substituto.

● M.F.A. reitera confiança em Spínola

Algum tempo depois os incidentes da Cadeia Penitenciária de Lisboa provocam nova intervenção do COPCON que se verifica apenas ao fim da tarde e após as forças da PSP presentes no local terem carregado contra os manifestantes sem que por parte destes nada a isso desse origem. Entretanto, contrastando com a repressão policial, no interior da prisão, os ex-agentes da PIDE amotinados, continuam a dispor das chaves da mesma. A intervenção de Canto e Castro e de Contreiras, ambos conselheiros de Estado, pouca ou nenhuma influência teve sobre a população manifestante que a todas as tentativas dos dois conselheiros de Estado respondia com a exigência da prisão do capitão que dava à PSP a ordem de carregar.

Cerca de um mês depois o Governo proíbe um comício de apoio ao MPLA que acaba por se transformar numa manifestação, no qual Vítor Bernardes é assassinado. O resultado do auto de averiguações que Saraiva de Carvalho fez, ao que ele próprio afirmou, mandado levantar através do Governo Militar de Lisboa

continua até ao dia de hoje — já lá vão quatro meses — desconhecido.

Por essa altura verifica-se novo "mal estar" entre Spínola e o MFA tendo aquele, no que parece apresentado a sua demissão. Ignoram-se, na realidade, quais as proporções desta crise pois muito pouco transpôs para fora dos "muros dos quartéis". No entanto, inesperadamente, dia 22 de Agosto, o Diário de Lisboa anuncia que "O MFA reitera confiança no general Spínola". Num grupo de jornalistas portugueses e estrangeiros aconteceu-se o caso: "Se o MFA reitera confiança em Spínola publicamente é porque alguma coisa está mal com Spínola e há divisões entre eles". Na realidade não podemos olhar as Forças Armadas como um bloco monolítico o que é impossível. Tendo no entanto essas duas plataformas comuns assente no anti-fascismo, na aversão à guerra e muito especialmente ao compromisso de honra que a 25 de Abril assumiram perante a Nação Portuguesa.

As Forças Armadas, a um determinado momento dividiram-se entre a figura carismática do general Spínola e a causa do MFA. Teria sido talvez essa a razão do reiterar público de confiança em Spínola, que na altura, ao que consta, teria apresentado os ameaçados de apresentar a sua demissão.

No princípio de Setembro aparecem nas paredes da cidade de Lisboa os primeiros cartazes a anunciar a manifestação da "maioria silenciosa" (responderia ela ao apelo de Spínola no seu discurso?).

Os últimos meses

● 28 de Setembro

Na Segunda Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas chega durante a primeira

semana de Setembro a informação de que se estava a verificar tráfico de armas martínio e terrestre. No fim da semana de 15 a 21 de Se-

Continua pag. 16

Do "movimento de oficiais" ao M. F. A.

Continuação pág. 12

meses, os mesmos serviços detectam a informação de que alguém pretendia adquirir rapidamente armas, mais precisamente a noite de 27 de Setembro. Um oficial do COPCON conseguiu infiltrar-se e entrar em contacto com o agente que as pretendia comprar numa tentativa de chegar tão longe quanto possível. Descobriu-se, então, que se procurava adquirir para a noite de 27/28 em armas automáticas e as respectivas munições.

O MFA pede ao general Spínola, através do general Costa Gomes, que aquêle declinasse a manifestação da maioria silenciosa dadas as características de que esta se estaria a revestir. Este pedido não é aceite por Spínola.

Durante a tarde de 27 de Setembro as notícias a respeito da "maioria silenciosa" avolumam-se cada vez mais. Vasco Gonçalves e Saravira de Carvalho são retirados em Belém durante toda a noite. A presidência da República chegam notícias de que as Forças Armadas estariam descontentes com a rejeição do brigadeiro Odeiro e que algumas se preparavam já para sair. Spínola decide finalmente autorizar a saída a Saravira de Carvalho e de Vasco Gonçalves. O Primeiro Ministro, entretanto, fora insultado pelo general Galvão de Melo apoiado por Jaime Silvério Marques e Manuel Diogo Neto.

Ao fim da tarde de 27, estiveram reunidos na Cova da Moura, a grande maioria dos elementos da Comissão Coordenadora do Exército.

Durante a madrugada, em S. Bento, o oficial da GNR comandante da guarnição do palácio comunica a alguns oficiais da Comissão Coordenadora que recebera ordem do seu comando de retirar. Ficou deste modo a defesa do Palácio de S. Bento entregue a 60 fuzileiros navais que para o local tinham sido destacados, ao princípio da noite de 27.

A 29 DE Setembro, às 23 horas o general António de Spínola comunicara à Comissão Coordenadora a sua demissão.

Entretanto, o relatório sobre o que na realidade se passou e estava previsto no dia 28 de Setembro continua debaixo do segredo militar, sabendo-se, apesar de tudo, que este teria sido apreciado pelo Conselho dos Vinte que o teria rejeitado por estar incompleto.

• Conselho dos vinte

Depois da nomeação de Costa Gomes para o lugar de Presidente da República, o MFA começa a estender-se a todas as unidades do país, realizando as missões de esclarecimento que Silvério Marques impedia. As comissões coordenadoras dos três ramos das forças armadas são eleitas democraticamente. Na Força Aérea verifica-se a existência de milicianos nessa comissão. O Conselho dos Vinte é institucionalizado como Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas. Em princípios de Dezembro, a "nova" Assembleia Geral do MFA reúne pela primeira vez. Nela são aprovadas três noções de importância notável: A Assembleia Geral do MFA terá em determinados casos poder deliberativo, tornando sempre carácter consultivo o que significa que o Conselho dos Vinte estará vinculado às suas decisões. Por outro lado a mesma Assembleia aprova ser nomeada um novo elemento na Assembleia do Conselho dos Vinte, conferindo-lhe, assim, o poder necessário ao cumprimento eficaz do programa do MFA, sobretudo no que respeita à protecção das classes trabalhadoras, e uma terceira noção em que as Forças Armadas, através dos seus representantes na Assembleia Geral reafirmam a sua coesão em torno do cumprimento do espírito inicial do programa do MFA.

Na semana seguinte a esta reunião, o COPCON efectua uma série de prisões de indivíduos sob a acusação de sabotagem económica. Logo na manhã desse dia o MDP/CDE vem para a sua com comunicações comparando o 13 de Dezembro ao 25 de Abril ou ao 28 de Setembro, o que é totalmente falso e a própria evidência o mostra. O 13 de Dezembro foi apenas o "festivar de prisões que anteriormente não poderiam ser feitas por falta de provas. Algumas das quais um juiz considera como ilegais o que leva determinadas instituições em comunicações a interferirem com o poder judicial ou melhor com a própria magistratura.

O MFA desde o início que se tem procurado manter acima dos partidos políticos o que, diga-se em abono de verdade, nem sempre tem conseguido. Ultimamente surge, dentro do MFA, a determinação de o fazer, até por isso se tornar necessário vista a proximidade de eleições e a tentativa de iden-

tificação directa ou indirecta de alguns agrupamentos políticos com o MFA. Estes factos levaram o Conselho dos Vinte a emitir um comunicado no qual se reafirma a independência partidária das Forças Armadas.

Nos últimos tempos se tem verificado cada vez mais a determinação do MFA de não participar na constituinte. Como dissemos num dos nossos últimos números, o MFA não participará nos eleições para a Assembleia Constituinte, não terá mesmo um determinado número de lugares fixos nessa assembleia. No entanto o MFA terá uma palavra a dizer pois a Constituição é elaborada num período de excepção da responsabilidade do MFA. A participação, se assim se poderá chamar, do MFA na Constituinte será certamente através do Conselho dos Vinte numa posição supérflua assembleia, garantindo o espírito democrático da Constituição, garantia também de que o COPCON não terá de voltar a ser "o Movimento dos Capitéis", (ver pág. 17).

Na manhã do dia 28, a Comissão Coordenadora reúne em S. Bento com o primeiro ministro e ministros militares, excepção do ministro Sanches Odeiro. Dessa reunião resulta um caderno reivindicativo a apresentar ao gen. Spínola e do qual consta a demissão dos generais Manuel Diogo Neto, Jaime Silvério Marques, Carlos Galvão de Melo, e ainda a do ministro Odeiro.

Além do mais, Spínola ficaria remetido às suas funções constitucionais. Este caderno deveria ser apresentado ao general pelo Primeiro Ministro que este não teve oportunidade de fazer, visto apenas se ter avistado com ele durante breves instantes. Do mesmo modo, os elementos da Comissão Coordenadora que se deslocaram a Belém com o primeiro ministro, regressaram sem ter conseguido avistar-se com o então Presidente.

Nessa noite, Costa Gomes convidei Vasco Gonçalves para jantar na sua residência oficial, no Forte de S. Julião da Barra. Após este jantar, Costa Gomes reuniu com Vasco Gonçalves e com a Comissão Coordenadora. Durante esta reunião, foi pedido a Costa Gomes que convocasse Spínola a apresentar a demissão, pedido a que Costa Gomes se recusou, justificando, no entanto que se o General o fizesse apoiaria essa decisão.

De 11 a 18 de Março

Pouco antes do 16 de Março o "Movimento dos Capitães" num comunicado dizia sumariamente: "...o prestigio das instituições militares só será alcançado quando as Forças Armadas se identificarem com a Nação, quando entre as Forças Armadas e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do povo português, e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime, já incontornável pelo poder. (...) Os militares conscientes sabem, porém que a solução dos problemas ultramarinos é política e não militar. (...) Referindo-se depois aos direitos dos povos das colónias de revertem os seus próprios destinos e referido comunicado afirma: "Esta solução tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponda não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu verdadeiro destino histórico. (...) Sabem os mesmos militares que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusão em matéria de participação e se pretende apoiado pela Nação. Contestamos, pois, o exclusão e o apoio proclamado. (...) Acusados de pertencer ao movimento de Oficiais foram presos alguns dos nossos camaradas (...) Não permitiremos, evidentemente, que tal situação se mantenha (...) Importa evitar que o Governo lance a discórdia entre os três ramos das Forças Armadas (...)

An apoio que tem sido dado pelas unidades do Exército, há a junção e que algumas das maiores unidades da Armada deixam, além de desagradar apoio da Força Aérea, pelo que aguardamos o apoio de todas as unidades que ainda se manifestarem".

● Generais em S. Bento

Se as palavras de Marcelo causaram forte descontentamento às Forças Armadas em geral, muito especialmente pelo ataque veleidado, nunca se referiu durante o seu discurso ao título de livro ou à figura do general Spínola, não causou menos desgastado a presença de generais em S. Bento, afirmando a Castano a fidelidade das Forças Armadas ao governo constituído.

Estiveram presentes nessa reunião o Ministro da Defesa Nacional, dr. Silva Cunha; o Ministro do Exército, Ministro da Marinha; Secretário de Estado da Aeronáutica, Mário Tello Poleri; o

Governador Militar de Lisboa, general Luz Cunha; general Paiva Brandão, Chefe do Estado-Maior do Exército; general Correia Mera, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea; general Camará Pina, director do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional; além de muitos outros oficiais generais, Comandantes das Armas e Serviços; comandantes da GNR, PSP, GF; e ainda o major Sílva Paiz director da PIDE. Durante o encontro usou da palavra o general Paiva Brandão que afirmou: "Cabe-me o honroso encargo de me dirigir a V. Exa. na qualidade que lhe assiste de primeiro responsável pelo Governo da Nação, por dever de consciência e que todos muito particularmente neste momento nos sentimos ligados a você, general, nesta ocasião? As Forças Armadas não fazem política mas é seu imperioso dever e também nossa ética cumprir a missão que nos foi designada pelo governo legalmente constituído. (...) Essa afirmação de unidade é também a razão da nossa presença."

Marcelo Castano responderia ao General Paiva Brandão afirmando estar o país seguro de que conta com as suas Forças Armadas e em todos os escalões destas não podem restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandados. (...) Não pretendo me de ver referida a afirmação desses princípios porquê sei que são os vossos, mas é necessário que o país o saiba também."

Castano acabou de manifestar a seu malogro pelo "Movimento dos Capitães", e tentava desengajadamente recuperar, através dos generais, o terreno perdido, ao mesmo tempo que se rodeava da força necessária para exonerar Costa Gomes e Spínola.

● Capitães reagem no 16 de Março

Os acontecimentos de 16 de Março continuam ainda, em certa medida, por explicar.

A intenção da Caldas teria sido de um malogro de algo muito importante que só a 25 de Abril foi possível concretizar. Malogro que positivamente se teria devido ao facto de ser uma sexta-feira, altura em que o pessoal vai para fim-de-semana, tornando-se de modo difícil reunir nas unidades o pessoal necessário para a concretização do pronunciamento. Teria sido o R. I. 5, da Caldas da Rainha, uma das poucas unidades a quem foi possível essa reunião de pessoal. Teria havido uma contra-ordem, dada por esse mesmo motivo e que o R. I. 5 não conseguiu receber em tempo oportuno. Estrategicamente teria sido o "Movimento dos Capitães" feito desse malogro um primeiro passo para a vitória ao transformá-lo no balcão de ensaio que permite a concretização do golpe de 25 de Abril.

A coluna do RI 5 progrediu até encontrar a oposição de forças da GNR, PSP, LP, PIDE e uma pequena força militar. A PIDE tentou aliciar as forças militares para que abrissem fogo sobre a coluna. Oficiais do movimento dos capitães, misturados com a população e até com os outros militares, evitaram a situação "à laço". A coluna retrocedeu até ao seu quartel onde se deixa prender. O Governo estava só apoiado em forças militarizadas. Os generais tinham-se afastado dos seus homens.

Castano classifica a intenção de "atitude irreflexiva de alguns jovens oficiais".

Pela mesma altura, os "barulhos da caserna" eram, a certo nível, insistentes de mais. Vivia-se um estado de tensão que mostrava o fim próximo.

Poucos dias passaram sobre o 16 de Março, os capitães fazem circular o segundo comunicado.

● Comunicado de 18 de Setembro

A história recente do Movimento foi marcada (...) por um episódio que já é do conhecimento de todos:



a transferência súbita e injustificada de quatro camaradas. Instalavam-se em pleno os métodos de terrorismo administrativo (...) utilizados por pseudo-chefes militares completamente alheios aos reais problemas das Forças Armadas e a quem apenas interessa defender privilégios, identificando-se com o poder político e económico e abandonando os camaradas mais jovens (...). Alguns dias mais tarde, sentimos indignados a manifestação feita por generais que se diziam representas das Forças Armadas e que nada mais representavam sendo à si próprios e à sua falta de coragem cívica e moral. Participaram numa

farsa que, iniciada com um discurso do Presidente do Conselho a uma Assembleia que carnos de legitimidade (...), viria a culminar com a sua afrentosa representação.

Apenas os generais Costa Gomes e Spínola e o contra-almirante Bagulho se recusaram a participar em semelhante espectáculo. Para eles vão as nossas homenagens. (...) aquela manifestação foi a causa imediata dos acontecimentos mais recentes (16 de Março). (...) afirmamos desde já a nossa solidariedade activa para com os camaradas presos (...). Depois de se referir a crimes efectuados pela PIDE, o comunicado continua: nas não se ficaram por aqui os nossos "chefes". Chamaram a GNR que evitaram contra os nossos camaradas, confiando àquela corporação a tarefa inadmissível de cercar a Academia Militar. Por sua vez, a DGS e LP (...) colaborou com a GNR, chegando a participar no seguimento de forças do RI 5 (...). Camaradas (...) o episódio da marcha do RI 5 (...) articulado aos acontecimentos que se sucederam, permitimo-nos prosseguir; o nosso Movimento com mais segurança e realismo. E terminava: "Apelamos finalmente para que se mantenham firmes em relação aos já enunciados objectivos do Movimento. É necessário mantermos as estruturas e reforçarmos as nossas consciências conscientes de que se submersem ser coerentes e lúcidos nos breves alcançarmos o que nos propoemos."

Tratamento de choque Test de sedimentação

OS BALANCOS que hoje publicamos em diversas páginas dão uma visão útil, embora naturalmente não exaustiva, do que sucedeu em 1974, um ano que ficará para sempre na História de Portugal. Lendo-os, comparando-os, observando as diferenças de selecção e de abordagem — ditadas pela distinta formação política de quem os escreveu — fácil será, na verdade, concluir que se tratou de um ano fecundo em que a aceleração histórica nos fez viver mais nos oito meses que decorreram de 25 de Abril até agora, do que nas longas décadas dominadas pela monotonia autoritária e arbitrária do regime deposto.

Nem sempre, em 1974, os homens e as ideias por que deviam lutar-se conseguiram sobrepor-se ao veloz andamento dos acontecimentos. Nem sempre os fins terão justificado os meios utilizados, mais parecendo, em diversas ocasiões, que os meios existiam e se desenvolviam por si próprios, sem fins aparentes a atingir. Com mais ou menos coerência, com menos ou mais desordem, o que, todavia, foi revelado pela vida intensa dos últimos dois terços do ano que agora acaba foram as desconhecidas potencialidades de um povo e do seu país, foi a riqueza de uma situação nova em que as pessoas são obrigadas a sair de uma rotina que não as levava a nada e a empregar no dia a dia a sua capacidade criativa.

1974 foi o ano do tão necessário tratamento de choque. A esmagadora maioria dos portugueses só conhecia um regime e, com o fatalismo própria da raça, não admitia a hipótese de mudar tanto e tão depressa. A política era assunto deixado a uma minoria desprezada, invejada e receada; assunto tabu, por imposição das polícias do corpo (a PIDE/DGS) e do espírito (a censura a todos os níveis e em todos os meios de comunicação social); assunto remoto, por aceitação tácita ou expressa da velha atitude de resignação — isto vai de mal a pior, mas não há nada a fazer; assunto de certo modo inestético ou repugnante, por a ausência de verdadeira vida política normal fazer da política praticada nos últimos 48 anos algo de sórdido, baseado no tráfico de influências, no exercício de poderes discricionários, na possibilidade de dispor, de arruinar, de espiar a vida do próximo, com muita impunidade e sem grande preocupação pelo interesse colectivo.

Postos, de um dia para o outro, em confronto com uma realidade que não conheciam ou que procuravam ignorar, conscientes finalmente que a política é tudo e é de todos, os portugueses reagiram com surpreendente e positiva rapidez, demonstrando não apenas o já tão exaltado civismo, mas igualmente um insusceptível interesse por aprender e praticar as regras do jogo democrático, com todas as suas aplicações, tanto no campo directamente político, como nos sectores económicos, sociais e culturais. Muita coisa terá corrido mal, houve infracções, houve quem jogasse

com cartas marcadas, houve quem impusesse o trunfo conforme melhor lhe convinha, mas nós podemos esquecer onde estávamos e onde já chegámos nem podemos negar mérito ao esforço ilimitado de todos aqueles que se empenharam de boa fé no arranque e na dinamização de uma sociedade que estava parada há demasiado tempo.

Ano da verdade

Se 1974 foi o ano do indispensável tratamento de choque, 1975 será o ano da verdade. É no ano que começa na próxima quarta-feira que terá de ser feito o test decisivo ao 25 de Abril. Test, antes de mais, de maturidade política, porque Portugal não tem resistência física para continuar a ser saucido e estremecido durante mais um ano, por mais benéficos que sejam os resultados do tratamento de choque, e terá de escolher, a curto prazo, a via a seguir a médio e longo prazo. Test também aos homens do MFA que, em 1975, precisarão definir em concreto o porquê e o para quê da sua revolução (definição que passa forçosamente pela coerência possível no que toca ao Programa e pelos compromissos assumidos em relação a todos quantos a ele aderiram de boa fé). Test, acima de tudo, à nossa capacidade de colhermos os frutos da mudança de uma sociedade que foi «mexida» dos alicerces moveidicos até à instável cúpula, procurando que a sedimentação daí resultante não permita novas estagnações nem conduza a irreparáveis destruições.

Tudo isto, como já se disse, é urgente, é para 1975. Sendo assim, interessa, acima das forças em presença, os seus objectivos, o seu poder efectivo, as suas inter-relações, pensar um pouco sobre o próximo ano.

Falta de uma política externa

Em primeiro lugar, há que considerar que Portugal não está isolado no mundo. Abandonámos a tese do orgulhosamente só, desenvolvemos, em oito meses, uma apreciável actividade diplomática, restabelecendo relações com diversos países que até aqui nos fechavam as portas, actuando com outro à vontade nas organizações internacionais, etc. Estes aspectos da projecção internacional de uma imagem mais viva e positiva de Portugal são indiscutivelmente louváveis, mas não significam só por si que, neste momento, Portugal tenha uma política externa clara e definida.

Somos Europa? Somos Mediterrâneo? E, se somos Europa, qual o grau da nossa dependência em relação aos Estados Unidos, dentro e fora da NATO? E, se somos Mediterrâneo, em que medida nos identificamos com os países do Terceiro Mundo, nomeadamente em matéria de não alinhamento? E, num caso ou no outro, como se equacionam as nossas relações com a União Soviética e os outros países da Europa Oriental, qual a nossa posição perante a China (tembre-se que, até agora, não nos desvinculámos da Formosa), qual a nossa atitude face a uma Espanha com quem, seja qual for o regime vigente em cada país, estamos geopoliticamente condenados a partilhar a Península Ibérica? E como vamos proceder no futuro com o Brasil e com os novos países de língua portuguesa que esperançosamente vão surgindo em África?

Numa reunião realizada há quase dois meses, afirmou o ministro sem pasta, major Vítor Alves, que «é pelo caminho das nossas dependências que passa a nossa independência». Significa isto que, não sendo Portugal uma grande potência, precisa depender de vários países ou grupos de países, para,

desse modo, não estar nem ficar totalmente subjugado por nenhum deles.

O princípio, em teoria, parece acertado, mas, como é óbvio, torna-se difícil aplicá-lo na prática. Para além das subtilidades do moderno tratado de Tordesilhas entre a União Soviética e os Estados Unidos, para além do crescente poder de atracção da China, para além das tentações da Europa ou do Terceiro Mundo, há um país com oito séculos que atravessa uma crise de identidade só sanável pela reafirmação da sua independência através de um nacionalismo lúcido e sadio. Existe, por outro lado, uma conjuntura mundial em que as dificuldades económicas e as tensões sociais obrigam os países a debruçar-se sobre si próprios e em que, da Nova Guiné à Escócia, da Palestina ao País Basco, as mais antigas aspirações das comunidades emergem violentamente dos modos mais diversos, recriando nacionalismos que parecem mortos ou ultrapassados e demonstrando que a força bruta dos arsenais atómicos não intimida nem destrói as crenças mais profundas dos homens.

É neste mundo contraditório, onde a intensificação dos contactos internacionais e a revolução tecnológica não conseguem abrandar tendências para o isolacionismo e para o nacionalismo, que Portugal terá, em 1975, de definir a sua política externa. Essa definição, no entanto, não será possível, ou pelo menos não será válida, se não corresponder a uma prévia clarificação daquilo que pretendemos ser como Nação.

O país que queremos

Antes mesmo da escolha do regime político e das estruturas económicas, sociais e culturais em que ele deverá apoiar-se, é necessário pensarmos no país que queremos. Um país essencialmente agrícola, como antigamente se dizia? Um país em vias de industrialização, num rumo impecavelmente ocidental? Um país de serviços, como ainda há pouco tempo propunha o secretário de Estado da Marinha Mercante? E, qualquer que seja a prioridade fixada, que agricultura, que indústria, que serviços? E, mais ainda, para quê? Para aumentar indefinidamente o produto bruto nacional? Para melhorar o bem-estar material da população, possibilitar-lhe o acesso a todos os bens de consumo, mergulhá-la alegremente numa sociedade de consumo que, pelo menos desde Maio de 1968, parece condenada não apenas pelos filósofos e pelos sociólogos, mas também pelos próprios economistas? Ou para considerar objectivo primordial a qualidade de vida, com todas as suas implicações no campo da cultura, das relações sociais, da protecção da natureza, etc. E, se for esta (a da qualidade de vida) a opção feita, terá ela viabilidade prática ou o nosso atraso é tão grande que não teremos outro remédio senão preocuparmo-nos com a quantidade durante vários anos, para, depois, pensarmos na qualidade?

Seja qual for a resposta a estas perguntas, o Portugal que herdámos não se pode considerar em brilhante situação. Sem falar já das estruturas económicas e do triste último lugar a que nos conduziram em quase todas as estatísticas europeias, há um problema de estruturas mentais (com evidentes consequências socio-culturais e económicas) que não pode ser ignorado. Por mais rápida e positiva que tenha sido a resposta do povo português ao 25 de Abril e a tudo o que significava, as estruturas mentais portuguesas estão demasiado empedradas para poderem evoluir ao ritmo que muitos desejam.

Este aspecto tem de ser considerado com realismo

quando se fala da sedimentação desejável em 1975. Não se trata de discutir se a solução é a reforma ou a revolução. Não se trata de opções ideológicas nem de escolha de metodologia de acção. Trata-se de não se poder esperar demais de uma acção que, embora tenha sido muito intensa, não abalou tão profundamente como se possa imaginar o modo de pensar e de viver, de acreditar e de desconfiar, de aderir e de recetar da esmagadora maioria dos portugueses.

Não quer isto dizer que, como já tem sido afirmado, o povo português seja profundamente reaccionário. Significa, sim, que, sendo os portugueses que fazem Portugal, devem ser considerados e tratados como efectivamente são, e não como americanos, suecos, russos, chineses ou árabes.

Isto, que se afigura evidente, já o não será tanto se consultarmos os programas de alguns partidos políticos. Não se pode pretender impor a Portugal os esquemas aplicados noutros países sem se correr o grave risco de violentar o povo português. Temos de partir daquilo que temos e daquilo que somos para chegarmos àquilo que desejamos.

Dos militares para os civis

A tarefa de sedimentação que nos espera em 1975 assume, assim, particular importância. É o papel das Forças Armadas e do MFA em especial adquire ainda maior responsabilidade. Portugal não pode voltar ao que era; o tempo dos privilégios, das desigualdades sociais e da abolição dos direitos fundamentais acabou. Mas o 25 de Abril também não foi feito para entregar o país a uma minoria, por mais justos que possam parecer os seus objectivos políticos e por mais eficiente que seja a sua infiltração nos mais diversos e decisivos sectores.

Parece, acertadamente, posta de parte a participação do MFA na Assembleia Constituinte (ver pág. 17). Também não interessa institucionalizar uma situação de democracia vigiada em que os militares sejam chamados a intervir (ou decidam fazê-lo), sempre que haja desvios. O que importa é assegurar que o poder de facto se transfira dos militares para os civis no momento oportuno, sem adiamentos escusados, mas também sem precipitações perigosas. É que essa transferência seja definitiva, isto é, que não seja necessário voltar atrás à primeira dificuldade. É que tudo se passe em paz, ou seja, que não seja preciso recorrer à violência para impor a democracia. É que quem receba o poder, através do mecanismo eleitoral, possa efectivamente governar, isto é, que a oposição, que terá sempre de existir, actue dentro de um estatuto de lealdade e de preocupação pelos destinos de um país que não aguenta soluções destrutivas.

1975 deverá ser o ano em que os portugueses terão o direito de escolher e não poderão fazê-lo por coacção. O ano em que a positiva agitação de 1974 terá de produzir efeitos na reestruturação da sociedade portuguesa. O ano em que os homens do MFA regressem aos quartéis com a consciência do dever cumprido por terem conseguido seguir o seu Programa, oferecendo ao país o início de uma vida democrática normal e bem consolidada.

Se assim não for, se se insistir no tratamento de choque sem permitir a sedimentação, as alternativas serão pelo menos decepcionantes: Quando se teima em provocar espuma, e só espuma, numa garrafa de champagne, acaba por não haver líquido e a garrafa fica vazia. O mesmo sucede com um país; com uma diferença, porém: é que um país desprovido do seu conteúdo deixa para sempre de ser ele próprio.

Ferreira, Rogério Fernandes

Concentrações — monopólio

Rogério Fernandes Ferreira

A evolução política do País, nomeadamente no que respeita à livre expressão do pensamento, tem feito aparecer críticas genéricas ao fenómeno da **concentração empresarial** (1). Serão essas críticas justas? Serão convenientes tal como aparecem formuladas?

Procuramos, ao longo desta nota, dar resposta a aquelas interrogações:

Deve começar por dizer-se que cada vez consideramos mais oportuno que os especialistas de economia da empresa se pronunciem sobre estas matérias.

Começa a justificar-se que apareçam demonstrações de erros de posições ideológicas de pessoas novas e experientes, ainda que conhecedoras de teorias. Por exemplo, não parece de pressupor que os actos de concentração sejam sempre maus e evitar. Posições rígidas a esse respeito serão prejudiciais na medida em que contrariarem concentrações de concentrações "vantajosas". Um País livre se fica detido de empresas bem dimensionadas, que produzam por isso a baixos custos e que existam em condições concorrencialmente não desfavoráveis nos confrontos com empresas instaladas no estrangeiro.

No Programa do Movimento das Forças Armadas é dito que o Governo Provisório "lançará os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista".

Muitos seguidores de partidos políticos interpretam mal o significado de "estratégia antimonopolista" por partirem da noção vaga de que "monopólio" (2) é qualquer "grande empresa privada". Daí não se estranhar o já assaz frequente uso da expressão

"classe monopolista" no sentido de estrato social de "grandes empresários". Daí também verificar-se que está a surgir uma posição a qualquer ideia de crescimento da dimensão empresarial, o que é pouco razoável e se manifesta altamente prejudicial aos verdadeiros interesses do Povo Português.

A vida real mostra visivelmente que as remunerações, as regalias sociais e as condições de trabalho nas grandes empresas são geralmente superiores às das pequenas e médias empresas, que têm dificuldades em superar por vezes salários mínimos. E os preços dos bens e serviços praticados pelas maiores empresas, de modo geral, são mais baixos e de melhor qualidade do que os praticados pelas empresas de menor dimensão.

Se o exposto é verdade, será razoável fazer ataques às grandes empresas? — Não-lo é por certo, mas já em outros planos:

E que nas grandes empresas o poder económico ou a influência política que não raramente emanam dos verdadeiros detentores do capital concentrado favorecem a formação de lucros desmesurados, por vezes mesmo com altos salários e baixos preços de venda (através de pressões no campo da produtividade ou nos preços de matérias primas — ainda assim exploração). Ora, altos volumes de lucros geram acumulações de riqueza cada vez maiores. E a par da excessiva concentração capitalista surge o crescimento da proletarianização dos trabalhadores do País ou do Mundo (caso de empresas multinacionais).

Uma sociedade politicamente bem organizada, apoiada numa opinião pública esclarecida, poderá evitar desmandos e exageros, fazendo com que as virtualidades da grande empresa sejam prestas ao serviço da colectividade.

Admite-se que um sistema político do tipo social-democrata

possibilite já fortes correcções dos excessos do capitalismo, com vantagens de outras ordens. E em sistema socialista, em que o Estado intervenha nacionalizando grandes empresas, naturalmente será mais fácil fixar preços de venda baixos, não muito acima dos custos de produção. Aliás, mesmo que os preços das grandes empresas do Estado sejam elevadas, em comunidade socialista por certo que os benefícios derivados de planeamento a preços altos ficam a pertencer a toda a comunidade. (Todavia, importaria elucidar ou esclarecer melhor um ponto que consiste na afirmação frequente de que há maior eficiência de cada empresa, individualmente considerada, quando actua em sistema capitalista (3)).

Tem de afirmar-se que as grandes empresas não encerram — em si próprias, estando-se bem — algo de condenável. Trata-se de formas organizadas de produção que devem estar ao serviço da colectividade. Esse serviço será melhor ou pior, bom ou mau, todo dependendo da organização interna da empresa e do seu enquadramento político, económico e social. Aliás, a organização económica, para ser racional, tem de processar-se ao mesmo tempo através das grandes empresas (produções "massa") e das médias e pequenas (produções complementares, de carácter menos uniforme, em menores quantidades, e mais junto dos utilizadores).

Não deverão, pois, apoiar-se quaisquer tentativas "irreflexivas" que busquem eliminar por eliminar o número das grandes empresas que, funcionando nos circuitos produtivos e beneficiar (por mera simpatia ideológica inconsequente ou nefasta pulverização empresarial).

Claro que será importante evitar desmandos, impedindo que as vantagens da dimensão social não sirvam apenas para beneficiar alguns em detrimento de

quase todos, o que sucede quando as mali-valias e os lucros gerados nas grandes unidades de produção são apropriados por formas menos justas ou de modos inconvenientes para a comunidade.

Tendo presente os aspectos apontados, os economistas não podem calar-se renunciando a estabelecer o Povo com verdade, sob o cobardismo de que lhe antepõem os seus pontos de vista. O Povo vive um período que não pode consentir nem abdicarções nem comodismos dos especialistas das diversas matérias.

Ponto isto, dir-se-á que a revolução só ganhará consistência com uma organização económica nacional eficiente. Importa, por isso, que não se perca de vista a necessidade de promover a harmonia e desenvolvimento geral das empresas nacionais, de modo a que atinjam a dimensão e a especialização que para cada uma delas e para todas em conjunto se considere economicamente a mais aconselhável.

Na busca desta optimização dimensional e especialização racional e especialização racional deve-se recorrer a clubes, fundos e outras formas de divócio e concentração, de maneira a extinguir, na "oportuidade conveniente", as empresas sem viabilidade e ao mesmo tempo alcançar as adequadas condições de utilização dos factores produtivos e os menores custos possíveis no momento dos bens e serviços produzidos. Para romper os círculos da pobreza há que usar a técnica e a organização. Sem isto, a ideologia, por melhor que seja, terá dificuldade em melhorar os graus de bem-estar da Comunidade.

Na realidade, um País não pode prosperar economicamente se não procurar riqueza e formar capital para investir, de molde a produzir mais, melhor e a baixos preços. Uma adequada organização económico-política fará com que todos beneficiem do progresso económico mas este, para se atingir, exige esforços e coopera-

ções. Se acaso não se conseguir produzir a baixos custos e em quantidades bastantes de bens e serviços necessários à vida actual, não haverá regime político, por melhor, mais idealista e puro que seja, que possa assegurar prolongado bem-estar económico para os cidadãos de País. E se o bem-estar económico não é tudo, pode, pelo menos, ser um bom começo para atingir depois o que se chama *boa qualidade de vida e boa razão de vida.*

Retomando o ponto inicial desta nota, dir-se-á, pois, que não parece útil se concentrem em abstracções as fúndas e as concentrações de empresas, uma vez que se podem revelar vantajosas de pontos de vista quer económicos quer sociais. Os economistas, de mãos dadas com outros técnicos de empresa, podem calcular a que nível de "concentração" se encontram os óptimos de produção, as economias de escala, o melhor aproveitamento dos equipamentos, dos processos de fabrico, das estruturas administrativas, comerciais, patrimoniais, financeiras, etc. Desse modo se conseguirão menores custos unitários de produção, investigação, comercialização, administração, etc. E as baixas dos custos possibilitarão melhores salários (*sem deterioração do poder de compra.*)

Talvez os especialistas observem que se está a afirmar evasivas. Porém, numa altura em que prolifera de várias ideologias vêm usando *slogans* que simplificam mas por vezes obscurecem o real, é dever desses mesmos especialistas procurar esclarecer e impedir a propagação de erros prejudiciais.

Por isso não nos importaremos de dizer aqui *talvez* que nos acusam, injustamente a nosso ver, de perturbadores que não só é errado assimilar *monopólio a grande empresa* como também condenar as grandes empresas apenas por o serem.

Um monopólio, natural ou legal, do sector público ou do sector pri-

vado, pode ser a solução que em termos de racionalidade económica mais convém, apenas havendo que evitar os abusos dos detentores do poder monopólio que, no caso de pertencer a particulares, será de substituir pelo listado quando o interesse real da Comunidade o impuser. Na fase actual de carências e dificuldades diversas talvez na maior parte das vezes baste apenas agir por uma adequada vigilância, tendo presente a necessidade de estimular o capital privado, o qual só realiza investimentos após ponderar opções e riscos, segundo julgos predominantemente económicos.

(1) Concentração é termo genérico que significa existência de grandes empresas ou, de outro modo, de pequeno número de empresas relativamente ao volume de produção ou comercialização da actividade considerada. Pode conseguir-se a concentração através da criação de grandes empresas, eliminação ou crescimento das pequenas e médias aquisições de uma empresa por outras e fusão (isto sensu). Nestas, distingue-se a fusão (estrito sensu) e a incorporação ou absorção, consoante as sociedades se extinguem para constituir uma nova ou uma delas absorvendo outra ou outras e sucedendo-lhe nas suas direitas e obrigações.

(2) Um monopólio trata-se na existência num mercado de uma só empresa a vender determinadas bens e serviços, segundo preços controlados ou não pelos poderes públicos.

(3) A questão apontada é controversa e não parece possa ter respostas simples, que ignorem contextos e possibilidades de alterações. De facto, modificadas as situações, alterados os esquemas de pensar e de agir do comum das pessoas que integram a Comunidade, é possível que o prático traga outras conclusões. Na verdade, o problema mereceria estudo atento e considerações muito longas, o que reservaremos para futura oportunidade.

Luís Nandim de Carvalho

Luís Nandim de Carvalho ao EXPRESSO:

A ida para o M. A. I.

EXP. — O que fazia e o que pensava em 24 de Abril sobre o panorama político português?

L. N. C. — Aguardava convicentemente em 25 de Abril. Aliás a generalidade dos portugueses, e não apenas os presos ou exilados políticos, desejavam uma transformação radical da sociedade portuguesa, o que, como a história o demonstrou só pôde, ser feito com o apoio das Forças Armadas, ou até se preferir, pelas FA.

Não é preciso dizer com isso que os civis não participaram no processo. Pelo contrário, quer aqueles que escolheram a via da contestação externa ao regime, quer os outros que nos quadros da liberdade permitida procuraram inflectir o aparelho do Estado, deram os civis um contributo importante para a criação de condições favoráveis ao surgimento do MFA. Basta dizer que o Movimento das Forças Armadas surge precisamente com

a declaração inicial de que se achava consciente de "interpretar os verdadeiros interesses da Nação".

No caso concreto da SEDES, por exemplo, creio que muito se fez nesse sentido com a tomada pública de posições críticas de condenação do regime deposto, e com o desenvolvimento de trabalhos de grupo envolvendo sócios de diversas formações e estratos sociais.

EXP. — E depois? Como reagiu ao 25 de Abril?

L. N. C. — Com esperança masculina. Pouco há a dizer ao período precedente à experiência governativa. Para além da participação directa no processo que veio a determinar a opção clara e sem ambiguidades da SEDES pela construção de um projecto socialista em liberdade, e portanto pluralista, adequando às condições da sociedade portuguesa, passo ainda dizer-lhe que, entre outras

ações de menor continuidade, participei ainda no apoio ao renovado conselho de administração da RTP durante mais de um mês.

EXP. — Entretanto, como sucedeu a sua ida para o Governo?

L. N. C. — Depois de uma sondagem para exercer funções na Comunicação Social, surgiu a hipótese de colaboração ao Ministério da Administração Interna, foi decisiva a convenção com o Senhor Ministro T. Coronel Costa Brás, a quem manifestei a minha disponibilidade para o apoio a todas as tarefas a cargo do MAI que decorressem da execução do Programa do MFA e do Governo Provisório, que não envolvessem áreas de actuação para as quais não me sentia preparado. Aliás, a definição da figura jurídica de Subsecretário de Estado é bem explícita no que se refere à inclusão de apenas uma responsabilidade administrativa e não política. Esta

cumpre exclusivamente apenas aos Ministros e Secretários de Estado. Por isso, a margem de actuação dos Subsecretários depende exclusivamente do despacho de delegações de poderes do Ministro. No caso de Costa Brás, graças à compreensão do Senhor Coronel Costa Brás, foram-me atribuídas as áreas do Secretariado, da Administração Pública (o que inclui estatuto do funcionalismo, problemas de organização e estruturas da Administração Pública e ainda a informática), do Ordenamento de Território — ou seja o acompanhamento da política de regionalização em que as Comissões Regionais de Planeamento podem ter um importante papel a desempenhar, e ainda o apoio às empresas públicas dependentes do MAI, a EPLU e a ENCM, para além, finalmente, da própria reestruturação inicial do Ministério

Função do M. A. I.

EXP. — Resta saber o que efectivamente foi feito de concreto nesse sector...

L. N. C. — Sob a orientação do Sr. Ministro, procurou-se criar diversas condições que favoreçam o arranque de uma nova Administração Pública.

Isto é, há uma linha comum aos problemas da regionalização e aos que actualmente competem ao Secretariado da Administração Pública: o saneamento das estruturas e a sua democratização.

Por saneamento das estruturas entende a reorganização funcional do aparelho do Estado no que respeita à racionalização e eficiência do processo de tomada de decisões, adequação às novas condições políticas. A democratização tem aí um papel importante a desempenhar, de modo a que se proporcionem condições efectivas de participação e intervenção das populações na construção do seu destino.

Na área da função pública (Funcionários, estruturas e informática), teve oportunidade de participar na elaboração de um diploma entretanto aprovado pelo Governo Provisório (DL 656/74 de 23.11.74) que desde já normaliza o estatuto mínimo básico do trabalhador da função pública ao pessoal dito dos quadros, aumentando, assim, as garantias e a segurança do emprego público aquando que já tinham qualquer vínculo de relação com o Estado. E ainda é criada uma Comissão Interministerial da Função Pública — um autêntico POOL de Funcionários — a agir por representantes de diversos ministérios, em que destaca agora, além do MAI, o Ministério das Finanças — com representantes do Tribunal de Contas e da Direcção Geral da Contabilidade Pública — e o Ministério da Coordenação Interterritorial, devido à complexidade dos problemas resultantes da des-centralização e consequente absorção de funcionários regressados a Portugal.

EXP. — Uma das críticas a esse diploma é a de que o MAI a centralizar essas tomadas de posição...

L. N. C. — De modo algum!

Ministério da Administração Interna, desde que lhe foram transferidos os serviços técnicos ao nível de ex-Presidência do Conselho, funciona na prática como um secretariado de apoio e promoção de actividades interministeriais.

Sem prejuízo de uma compatibilização coordenadora a nível central (e não centralizadora) criam-se entretanto, pelo DL 691/74 de 5 de Dezembro, os núcleos de modernização administrativa nos vários Ministérios, como interlocutores do MAI nos domínios da política do funcionalismo, da organização e estruturas e até da informática. Assim criou-se uma espécie de departamentos de gestão de pessoal e de estruturas, de modo a que a interpenetração, de experiências se desenvolvesse sem prejuízo da referida coordenação, e

portanto com a supressão de situações discretionárias e injustas.

Neste particular, está em fase avançada de conclusão um diploma que cria um serviço gestor de supermercados para funcionários com o objectivo de alargar o acesso a benefícios deste tipo às diversas camadas de funcionários.

Esta iniciativa, que conta com o apoio interessado do Ministério dos Assuntos Sociais e do Ministério das Finanças, tenderá, no futuro, a incluir outras áreas, designadamente creches, refeitórios e outros esquemas genericamente designados por serviços sociais. Uma outra área importante diz respeito à racionalização da informática pelo sector público de modo a evitar subaproveitamento e dependências injustificadas junto de firmas comerciais multinationais.

Ponto polémico

EXP. — Talvez o ponto mais "quente" — e controverso — da sua passagem pelo MAI, tenha sido o da realização a que objectivos obedece a política seguida neste sector?

L.N.C. — As posições públicas assumidas pelo Ministro da Administração Interna têm sido no sentido de assegurar o reforço da autenticidade e autonomia municipais o que implica necessariamente a revisão de todo o esquema do Código dito Administrativo. Esse princípio não colide com outro que é o da eficácia da Administração Pública aos níveis central regional e local. Isto é, poderá notar-se em certos casos uma desfuncionalização dos municípios (a atribuição de certas funções municipais a outros escalões da decisão supra-municipal), quando estejam em causa critérios de racionalidade, e que o interesse das populações justifique essa medida.

Isto verifica-se já ao nível da questão dos "masadouros", com a sua transferência para um serviço

público central e é provável que se venha a registar quanto aos domínios da electricidade e do saneamento básico (águas, esgotos e lixo). Trata-se de tarefas que envolvem capacidades de financiamento e de apoio técnico que, para não prejudicar os legítimos interesses das populações, aconselham sejam desempenhadas por entidades de dimensões não restritas ao concelho, sem prejuízo dos interesses das autarquias.

EXP. — Simplesmente a reacção de muitas câmaras municipais (e até Governos Civis) a esta ideia, foi a de a acusar de centralização excessiva... Não terá sido assim?

L.N.C. — Claro que não. "Desfuncionalizar" a nível municipal tem como contrapartida duas acções: 1.ª o reforço da capacidade financeira dos municípios, que se prevê esteja em média em 1975 um aumento de 70%, e o alargamento das suas competências como assembleias democráticas que eleições futuras certamente serão legítimas; 2.ª regionalização do poder de decisão governamental.

Viabilidade

EXP. — Não vemos como se pode falar em regionalização com as actuais estruturas administrativas locais.

L.N.C. — Aí a reconversão total das Comissões Regionais de Planeamento e a readaptação dos Conselhos Distritais tem um interesse extraordinário. Não que eu defenda a manutenção dos distritos e das Comissões. Penso mesmo que um regresso às antigas Províncias poderia eventualmente resolver o problema a nível de divisão territorial, desde que a nível funcional se obtivesse uma plataforma entre as atribuições dos órgãos distritais (Juntas e Conselhos) e regionais, com vista à sua fusão. Mas isso só terá resposta no futuro. De acordo com a agenda proposta para o Congresso das Autarquias Locais, e que o Ministério já declarou que apoiava, pareceu-me ver incluídas apenas as questões a nível municipal e de freguesia. Creio que daí sairão contributos utilíssimos a ter em conta, até eventualmente nos trabalhos da Assembleia Constituinte, senão na legislação a promulgar posteriormente.

Esse sentido inovador é aliás o objectivo de dois projectos de diploma ainda em estudo no Ministério a nível letâneo, o que inclui portanto a discussão aberta por todas as comissões administrativas concelhias do País solicitadas para o efeito através de reunião Intercomunas convocadas expressamente pelos governadores civis a solicitação do Gabinete do Sr. Ministro.

Desconheço quais as soluções a reter nos projectos a enviar para apreciação ao Governo, mas certamente que a experiência desencadada proporcionou uma utilíssima troca de impressões tanto mais pertinente quanto se registaram concepções divergentes em alternativas.

Continua pág. 19

“o MAI é um ministério interministerial”

É MUITO raro entre nós que um político aceda a responder ao fogo cruzado da Imprensa, logo após ter abandonado um posto governativo.

O dr. Luís Nandim de Carvalho, até há escassos dias Subsecretário de Estado da Administração Interna, logo sete dias depois de empossado recebeu a incumbência do despacho corrente sobre a reestruturação administrativa do Ministério da Administração Interna, e ainda dos assuntos relativos ao Secretariado da Administração Pública, Ordenamento do Território, e ao acompanhamento das actividades das empresas públicas da EPUL e INCM.

A complexidade destas matérias determinou a aprovação por Conselho de Ministros da criação de dois novos Secretários de Estado, respectivamente para o ordenamento do Território e a Função Pública.

O dr. Nandim de Carvalho acedeu a falar para o EXPRESSO.

Opinião pessoal

EXP. — Falou nas reuniões municipais. Ora, sabemos que as câmaras se têm pronunciado já contra o projecto em questão, que entendem que limita o poder dos municípios. E isto, obviamente, na altura em que se constituem um novo "poder local" de facto dentro do Estado, após a substituição de que se fez a seguir ao 25 de Abril, sobretudo pelo MDP/CDE. Qual a sua opinião pessoal?

L.M.C. — Não foram "muitas horas" mas sim algumas sessões administrativas com as localizações nos distritos de Vila e Setúbal. Aliás a maioria das sugestões na especialidade recai no interesse que aqueles meios encerram, caso contra a centralização ter-se-ia limitado apenas a objecções na generalidade.

Refiro não me pronunciou sobre o MDP/CDE embora hoje, tramitado em partido, ninguém das fórmulas de que, à escarça dos demais, representa sua ou seus filiados. Normalmente acredito que a solução para ser autêntica e a ser aberta necessita do mesmo partidário, e que não é permitida a liberdade individual exercício de direitos políticos do voto.

EXP. — Qual a via para seguir esse objectivo, hoje, na opinião pessoal?

L.M.C. — Pessoalmente creio que devam criar imediatamente fórmulas para a afirmação de uma justiça institucional própria, à intervenção alargada das populações enquanto não houver leis — representadas nas suas comissões administrativas e através de novos representantes a eleger de entre os membros das comissões administrativas das freguesias. Isto tanto a nível nacional. Por essa via possível averiguar se a descentralização não deverá talvez ser feita, no futuro, bem até como a nível regional, para a criação

de uma nova circunscrição política administrativa até à plena intervenção teórica das populações na gestão do seu próprio planeamento local — a Província.

Os projectos de diploma que a seguir em especial, a regionalização procuraram instituir um conselho distrital assembleiário plenamente popular, que pressa por referência pelo governador regional, é constituída por representantes de todos os concelhos que integram o distrito a par de entre os membros das suas comissões administrativas. Em desses representantes propõe-se abrir ainda mais a possibilidade de participação das populações pela inclusão de membros eleitos de entre os membros das juntas de freguesia, podendo-se até ao maior relevo deverão ser os concelhos mais pequenos. Por essa via assegura-se a descentralização dos problemas locais de distrito, de concelho, e de freguesia, em processo de clarificação das diversas opções.

É o objectivo dotar a estrutura local de uma mais ampla base teórica que possa assegurar novas oportunidades de intervenção dos cidadãos interessados na vida pública como é objectivo do M.F.A. Ao conselho distrital caberia eleger todos os membros da junta distrital que se pretende assim venha a ser plenamente representativa dos interesses das populações. Por sua vez, caberia à junta distrital eleger os seus representantes às Comissões Regionais de Planeamento onde vão participar juntamente na respectiva função em colaboração com a sua e útil com representantes dos departamentos ministeriais.

Assim se procederia, por essa via, à interligação do escalão mais amplo (regional) até ao local (municipal).

As reformas embora transitórias, em discussão ainda a nível local, sempre definitivamente

com o esquema de contensão do municipalismo que era o vigente até 25 de Abril. Efectivamente, para além de se introduzirem profundas inovações no sistema administrativo, o mesmo é reforçado no sentido da sua autonomia, através do processo em conclusão relativo à reforma das finanças e cobranças tributárias municipais, que são reestruturadas em moldes simultaneamente mais simples, economicamente mais favoráveis aos contribuintes, e mais rendosas para as finanças municipais que como disse já em 1975 devem registar um aumento médio de 70%.

Admito assim que através destes dois aspectos, democratização das estruturas — mais abertas à intervenção das populações interessadas — e reforço de meios financeiros em quantitativos apreciáveis, vai permitir-se que as estruturas locais se tornem de forma crescente um lugar e meio de expressão de interesses populares esclarecidos, indispensáveis ainda, ao processo global de democratização do País, até porque se acham mais próximos dos sócios de democracia de base de todos os Estados a constituir por iniciativa das populações interessadas como é o caso comissões de moradores, de bairro, etc.

Quanto às Comissões de Planeamento as alterações introduzidas à sua constituição são tão amplas que bem representam a sua extensão, e a criação de novos órgãos de coordenação e de apoio técnico-económico a níveis interdistritais. Para o efeito, além de distritais (por sua vez eleitas nos conselhos distritais como vimos atrás) incluíram-se agora representantes das populações livremente designadas pelas juntas representativas de departamentos governativos com poderes de coordenação a nível regional de todos os serviços e unidades periféricas do sector, e ainda com poderes de despacho decisivo nas matérias que lhe forem atribuídas pelo membro do governo in-

teressado. Por este processo procura-se favorecer a regionalização do poder de decisão do governo central de modo a torná-lo mais próximo e acessível às populações. No fundo criam-se Directores Gerais Regionais. Puro que o Conselho de Ministros Restrito para o Ordenamento do território criado a 8 de Outubro, mas que até ao momento da valoração desta entrevista, ainda nunca se reuniu, poderá dar o seu parecer procedendo à apreciação pelo plenário do Conselho de Ministros.

EXP. — Outras medidas em estudo?

L.M.C. — Ainda a nível que interessa aos concelhos e freguesias ultimou-se muito recentemente um projecto de diploma que visa permitir a associação de um ou mais concelhos com empreendimentos empresariais, provenientes de iniciativas privadas. Caso o Governo Provincial venha a apreciar favoravelmente e a aprovar este diploma, criam-se condições para que simultaneamente se promovam quatro objectivos: a descentralização comercial e industrial; o aumento das receitas municipais; o combate ao desemprego a ainda o aproveitamento de terreno municipais ou de baldios das freguesias que sejam improdutivos e que as respectivas populações decidam afectar como "support" ao capital das referidas empresas. Evidentemente que é necessário que estas tenham viabilidade económica e actuem com vista a satisfação de interesses colectivos regionais.

Reconversão: para quando?

EXP. — Constitui uma reconversão. Mas, para quando?

L. N. C. — Pode ser para já ao nível da administração pública central, a criação de núcleos de modernização administrativa já está prevista por lei, cabendo agora a iniciativa da publicação das portarias de constituição aos Ministérios interessados. Ao nível das Comissões Regionais é conhecido que por decreto-lei de 8 de Outubro elas foram transferidas para o MAI. É certo que ainda não foram substituídas as respectivas direcções, nem publicada o diploma que prevê a criação de delegados regionais dos Ministérios, tese aliás já publicamente adogada pelo Secretário de Estado da Agricultura. Mas, logo que isso acontece criam-se condições de articulação entre a Administração Central e os interesses locais. Essa interligação é claramente facilitada se simultaneamente se reconvertem as estruturas distritais, fazendo participar neste renovado processo de tomada de decisão não só representantes concelhios como das Juntas de Freguesia. É pois toda a concepção de Administração Pública que se acha em reconversão. Assim para mim é fundamental para o desenlace deste processo, desde já a nomeação de novas equipas de trabalho a nível regional e até ao nível central do Ministério em plena reestruturação.

EXP: Mas neste momento há já algo em curso, que seja minimamente conclusivo?

L. N. C.: Decreto que sim; refiro-lhe dois exemplos apenas. Num se demonstra o interesse do próprio Conselho de Ministros pelo processo da regionalização visto que pela Resolução do 22 de Novembro se determina a criação de Comissões Regionais de Animação Sócio-Cultural na dependência da Comissão Interministerial para a Animação Sócio-Cultural e em ligação com as Comissões Regionais de Planeamento

Independentes do MAI) que aliás tem a incumbência de gerir os respectivos encargos administrativos.

O segundo exemplo é o despacho de criação de um Comissário do Governo para o Algarve (distrito de Faro) com mandato para o desenvolvimento do plano director e de sectores conduzidos pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, e ainda a coordenação e execução do plano de obras de infra-estrutura cometido à Comissão Regional de Turismo do Algarve. Tive a honra de subscrever este despacho devido a delegação de poderes do sr. Ministro, que igualmente é assinado, como iniciativa interministerial que se trata, pelos Secretários de Estado do Comércio Externo e Turismo, e Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

E essa, então, a experiência piloto do Algarve, anunciada já em conferência de Imprensa pelo ministro Costa Brás?

L. N. C. — Não propriamente. A experiência piloto pretende ser mais do que a coordenação fora do território do Terreiro do Paço das matérias de urbanismo e turismo. Pretende envolver todas as competências sectoriais dos diversos departamentos governamentais com o objectivo de criar um autêntico governo regional. Graças também ao apoio do sr. Governador Civil de Faro, os trabalhos prosseguem aceleradamente, com vista a criar um quadro legal que institucionalize na prática mais uma iniciativa, de acordo com a política de democratização e descentralização consagrada no Programa do MFA e do Governo Provisório.

Trata-se, aliás, de experiências do máximo interesse, para a eventual reforma do estatuto autónomo das ilhas adjacentes, com vista a criar nos Açores e Madeira novas estruturas governativas mais adequadas à realidade local.

E o futuro?

EXP. — É possível saber o que toca a fazer agora?

L. N. C. — Para já, não regressar ao organismo a cujo quadro pertença, o antigo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e ao meu lugar de assistente do Instituto Superior de Economia. Para além disso, continue a contribuir na medida das minhas possibilidades para a instauração de um Estado Democrático e Pluralista e como consta do Programa do MFA, para o que não me parece indispensável o exercício a meu nível pessoal de funções políticas. Aliás, se aceitei o lugar de Subsecretário foi precisamente por me ter sido atribuída uma área de actividade técnico-administrativa, sem portante compartilhar do exercício do poder político.

Creio que é muito importante o desenvolvimento de linhas de trabalho no domínio da própria estruturação da Administração Pública, o que na minha perspectiva implica a demarcação dos processos de tomada de decisão e regionalização do poder político e até uma nova concepção do Estado. Dentro da trílogia de prioridades do Programa do MFA e do Governo, **PROBLEMA DE COLONIZAÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO**, vai ser crescente a prioridade política dos problemas relativos ao Desenvolvimento que certamente tem de se situar na perspectiva de uma reconversão da Administração Pública votada a ser uma autêntica **ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**, entendendo essa palavra como a envolvente de toda uma qualidade de vida e padrões de consumo da sociedade portuguesa que não se pode esgotar na simples noção de ECONOMIA, e daí o programa da política económica e social em elaboração pelo Governo.

Por isso foi com renovada esperança que li o recente editorial do Boletim do MFA ao propositar um **PROJECTO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL**. E precisamente esse o cerne da questão. Depois do 25 de Abril, e do 28 de Setembro, é para mim esse o momento mais importante da sociedade portuguesa, que compreende definitivamente estar no **TURNING POINT** ou seja numa encruzilhada da sua evolução.

EXP. — Encruzilhada em que sentido? Opção de regime? Opção de sistema?

L. N. C. — Aligura-se-me que a Administração Pública, Central, Regional e Local, pelo que ela própria em si representa numa sociedade em processo acelerado de tomada de consciência colectiva, é um pilar decisivo do bom sucesso para que esse "turning point" se esclareça como a dobradia da História entre os 50 anos de continuação da liberdade individual para os anos vindouros

de uma sociedade pluralista, e em liberdade.

Como se afirma recentemente num dos boletins do MFA, existe uma necessidade histórica e imperiosa de reconstrução nacional. Creio que está a resposta. Penso que também as associações políticas progressivas podem ter um apoio importante a dar a essa tarefa, que é urgente, de formulação de um Programa económico e social para cuja execução "há que, sem delongas, mobilizar colectivamente o nosso povo". A SDEDES penso, certamente que estará empenhada em contribuir para esse processo com o apoio dos seus membros às acções em que procurará empenhar uma linha não partidária, o que obviamente não impedirá o desenvolvimento de iniciativas em colaboração com partidos políticos e movimentos políticos, que se interessem pela implantação no País de uma sociedade aberta à construção de um socialismo em liberdade. Ou seja, uma sociedade em que cada um de nós não se sinta mais estrangeiro.

EXP. — Sal do Governo ressaltado com algum ou alguma estrutura?

L. N. C. — Não concordo com os termos em que está formulada a pergunta e que parece até em oposição com o teor desta revista. Não. Pelo contrário. A minha experiência governativa foi extremamente interessante e permitiu-me compreender ainda melhor a complexa crise que atravessa a sociedade portuguesa, no contexto aliás de um fenómeno mundial que não se deve perder de vista.

Nos diversos domínios em que foram exercidos os poderes delegados pelo Sr. Ministro, considero que a experiência foi positiva: no caso das empresas públicas EPUL e INCM procedeu-se à recomposição das respectivas administrações e ainda a algumas alterações de gestão não estruturais, sendo de notar que não se registaram conflitos graves ao nível de pessoal trabalhador, que até ao contrário de outras empresas públicas trabalhou em completa gratuidade no domingo de trabalho nacional sugerido pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Relativamente ao agora restituido Secretariado da Administração Pública, cujo responsável directivo foi eleito livremente, em resposta a uma iniciativa ministerial pelos trabalhadores daquele organismo, encontrei igualmente um espírito de decidida cooperação e não tenho dúvidas em afirmar que com o reforço dos meios humanos indispensáveis, uma nova era vai iniciar-se neste complexo domínio que abrange desde os problemas jurídicos do estatuto do pessoal até às questões relativas à informática e à generalização e métodos.

Também o pessoal afecto ao serviço das Comissões Regionais de Planeamento, constitui um auxiliar

precioso para a execução dos trabalhos que agora em melhores condições serão certamente conduzidos.

Poucos contactos tive com outros domínios de natureza eminentemente política, que constituem área reservada à exclusiva acção do Ministro as eleições, as polícias; e as questões directamente relacionadas com as relações a nível da Direcção-Geral de Administração Local (Governadores Cívicos, Comissões Administrativas Concelhias e de Freguesial).

As impressões que retenho destes quatro meses vividos ao longo do 2.º Governo Provisório são de facto muito importantes como experiência de que destaco em particular todos os aspectos que resultaram de cooperação interministerial.

EXP. — Quais os vectores futuros da evolução do Ministério?

L. N. C. — Não sou eu que lhe posso responder a essa pergunta, como é evidente. Depende das orientações fixadas colegialmente em Conselho de Ministros. Com a reorganização do MAI, só agora conhecida do público, verificou-se a extinção do lugar de subsecretário de Estado, que vinha exercendo com autêntico espírito de mobilização cívica, sem porém alhear de uma criatividade e imaginação próprias. Foi reconhecendo a esse, à direcção ministerial, de acordo com directivas apreendidas superiormente, que se procurou lançar as estruturas básicas que permitam a referida reconversão da Administração Pública: regionalização de poder de decisão e maior intervenção e participação das populações pela actividade descentralizada nas Comissões

Regionais; maior articulação e coordenação das actividades relativas à gestão do pessoal da função pública, estruturas e utilização de informática, através dos núcleos ministeriais de modernização administrativa. Trata-se de dois vectores de acção já à disposição do Governo Provisório para actuação profunda na realidade portuguesa.

Nos dois casos procura-se sanear estruturas, contrariar uma indisciplinada erosão das instituições e permitir instrumentos de arranque e de afirmação da administração pública, veiculando agora ao serviço do MFA e do Governo Provisório, ou seja, às interpretações mais progressistas dos interesses das populações portuguesas, enfim libertadas dos regimes dictatoriais.

A prioridade política que já se reconhece a estes temas para o ano de 1975, em que poderá haver até quatro eleições gerais (da Constituinte do Presidente da República; das autarquias locais; das Câmaras e Freguesias; e da Assembleia Nacional) determinam certamente a criação dos dois lugares de secretários de Estado que me substituíam, agora com poderes técnico-administrativos e também políticos.

Continuo esperançoso de que as instituições criadas perspectivadas ou redimensionadas pelo MFA, Presidente da República, Conselho de Estado, Governo Provisório, Conselho dos Vinte etc. encontrem por parte da população portuguesa, e muito especialmente, dos funcionários públicos ao serviço directo do Estado ou das autarquias, aquele apoio entusiástico necessário à recomposição do País em que continuo empenhado.